

ANEXO I - DECLARAÇÃO DE ADOÇÃO DE PROJETO PADRONIZADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTINHO-PE

DECLARAÇÃO DE ADOÇÃO DE PROJETO PADRONIZADO

Eu, Marivaldo Pena – obras da esfera municipal , brasileiro, natural de Jaculpe-AL, portador da carteira de identidade sob nº 5.622.076 e CPF 024.274.244-04, devidamente investido no cargo de Prefeito Municipal de Altinho-PE, inscrito no CNPJ 10.091.502/001-29, com sediada Rua Dr. Nestor Varejão Nº 51, Centro-Altinho/PE, declaro para os devidos fins de direito que será adotado o projeto padronizado Creche tipo B de referência do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, para atender a construção de uma CRECHE. Declaro, outrossim, sob as penas da lei, estar plenamente ciente que o projeto padronizado é um projeto referencial de obras e serviços de engenharia e que possui nível de precisão suficiente para assegurar que os projetos e os detalhes subsequentes sejam executados com as adequações necessárias às especificidades locais de sua implantação.

Nome da obra: **Construção de Creche no Bairro Loteamento Altinense III, Altinho/PE**

Número do programa: **2629820240011**

Número identificador da proposta: **26298006499/2023**

Altinho/PE, 26 de fevereiro de 2025.

MARIVALDO
PENA:024274244
04

Assinado de forma digital por
MARIVALDO
PENA:02427424404
Dados: 2025.03.11 12:00:55
-03'00'

MARIVALDO PENA

Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTINHO-PE

DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO DOS PROJETOS BÁSICOS E EXECUTIVOS

Eu, Marivaldo Pena – obras da esfera municipal , brasileiro, natural de Jaculpe-AL, portador da carteira de identidade sob nº 5.622.076 e CPF 024.274.244-04, devidamente investido no cargo de Prefeito Municipal de Altinho-PE, inscrito no CNPJ 10.091.502/001-29, com sediada Rua Dr. Nestor Varejão Nº 51, Centro-Altinho/PE, atesto para os devidos fim de direito que o projeto básico ou executivo decorrente do projeto padronizado, incluídas as adequações necessárias às especificidades locais de sua implantação , às fundações e às obras complementares, está em conformidade com a legislação locais e as normas técnicas brasileiras e é compatível com o orçamento do empreendimento, nos termos do Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013 e Art. 127 e Art. 128 da Lei nº 14.1333 de 1º de abril de 2021.

Nome da obra: **Construção de Creche no Bairro Loteamento Altinense III, Altinho/PE**

Número do programa: **2629820240011**

Número identificador da proposta: **26298006499/2023**

Altinho/PE, 05 de março de 2025.

MARIVALDO
PENA:024274244
04

Assinado de forma digital por
MARIVALDO
PENA:02427424404
Dados: 2025.03.11 12:01:39
-03'00'

MARIVALDO PENA

Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTINHO-PE

DECLARAÇÃO DE POSSE DE TERRENO LOCALIZADO EM ÁREA PÚBLICA

Eu, Marivaldo Pena – obras da esfera municipal , brasileiro, natural de Jaculpe-AL, portador da carteira de identidade sob nº 5.622.076 e CPF 024.274.244-04, devidamente investido no cargo de Prefeito Municipal de Altinho-PE, inscrito no CNPJ 10.091.502/001-29, com sediada Rua Dr. Nestor Varejão Nº 51, Centro-Altinho/PE, declaro sob as penas do art. 299 do Código Penal e em consonância com o artigo 26, § 1º da Portaria Interministerial nº 33, de 16 de maio de 2023, que este Município/Estado é detentor da posse do imóvel localizado em área pública e situado na Rua Projetada 01, Loteamento São Pedro – Altinho /PE, assegurado como sede da obra em comento. Firmo, ainda, o compromisso de informar tempestivamente no sistema de monitoramento e acompanhamento de obras adotado pelo FNDE que o ente público é titular da propriedade, bem como comprovar, até o final da execução do objeto do instrumento, nos termos da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33/2023, a regularização formal dos plenos poderes inerentes a propriedade do imóvel.

Nome da obra: **Construção de Creche tipo 2 no Loteamento São Pedro, Altinho/PE – Projeto Padronizado**

Número do programa: **2629820240011**

Número identificador da proposta: **26298006499/2023**

Altinho/PE, 05 de março de 2025.

MARIVALDO

PENA:02427424

404

MARIVALDO PENA

Assinado de forma digital
por MARIVALDO
PENA:02427424404
Dados: 2025.03.17 11:38:06
-03'00'

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTINHO-PE

DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE E MANUTENÇÃO

Eu, Marivaldo Pena – obras da esfera municipal , brasileiro, natural de Jaculpe-AL, portador da carteira de identidade sob nº 5.622.076 e CPF 024.274.244-04, devidamente investido no cargo de Prefeito Municipal de Altinho-PE, inscrito no CNPJ 10.091.502/001-29, com sediada Rua Dr. Nestor Varejão Nº 51, Centro-Altinho/PE, declaro para os devidos fins de direito que a Prefeitura Municipal ou Secretaria de Estado da Educação do Município ou Estado se compromete a adotar os atributos de sustentabilidade presentes nos projetos-padrão FNDE. Declaro, ainda, que a Prefeitura Municipal ou Secretaria de Estado da Educação do Município ou Estado possui recursos financeiros, técnicos e estruturais de modo a garantir a conservação da obra pactuada com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, prevendo reparos e periodicidade de manutenções necessárias durante a vida útil da edificação.

Nome da obra: **Construção de Creche no Bairro Loteamento Altinense III, Altinho/PE**

Número do programa: **2629820240011**

Número identificador da proposta: **26298006499/2023**

Altinho/PE, 05 de março de 2025.

MARIVALDO
PENA:0242742
4404

Assinado de forma digital
por MARIVALDO
PENA:02427424404
Dados: 2025.03.11
12:02:39 -03'00'

MARIVALDO PENA

Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTINHO-PE

**DECLARAÇÃO DE FORNECIMENTO DE INFRAESTRUTURA MÍNIMA PARA
CONSTRUÇÃO DA OBRA**

Eu, Marivaldo Pena – obras da esfera municipal , brasileiro, natural de Jaculpe-AL, portador da carteira de identidade sob nº 5.622.076 e CPF 024.274.244-04, devidamente investido no cargo de Prefeito Municipal de Altinho-PE, inscrito no CNPJ 10.091.502/001-29, com sediada Rua Dr. Nestor Varejão Nº 51, Centro-Altinho/PE, declaro para os devidos fins de direito que a Prefeitura Municipal ou Secretaria de Estado da Educação do Município ou Estado, se compromete a garantir a coleta de lixo e a entrada do fornecimento de água, de energia elétrica e de esgotamento sanitário no terreno proposto para edificação do objeto pleiteado - Construção de Creche no bairro Loteamento Altinense III no Município de Altinho/PE.. Além disso, se compromete a custear e responsabilizar-se pela execução dos serviços de terraplanagem prévios ao início da obra, caso seja necessária.

Nome da obra: **Construção de Creche no Bairro Loteamento Altinense III, Altinho/PE**

Número do programa: **2629820240011**

Número identificador da proposta: **26298006499/2023**

Altinho/PE, 05 de março de 2025.

MARIVALDO
PENA:0242742
4404

Assinado de forma
digital por MARIVALDO
PENA:02427424404
Dados: 2025.03.11
12:03:10 -03'00'

MARIVALDO PENA

Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTINHO-PE

**DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTO,
FUNCIONAMENTO, GESTÃO DA UNIDADE**

Eu, Marivaldo Pena – obras da esfera municipal , brasileiro, natural de Jaculpe-AL, portador da carteira de identidade sob nº 5.622.076 e CPF 024.274.244-04, devidamente investido no cargo de Prefeito Municipal de Altinho-PE, inscrito no CNPJ 10.091.502/001-29, com sediada Rua Dr. Nestor Varejão Nº 51, Centro-Altinho/PE, declaro para os devidos fins de direito que a Prefeitura Municipal ou Secretaria de Estado da Educação do Município ou Estado se compromete a garantir a disponibilização de mobiliário e equipamentos adequados e compatíveis com a plena operação e funcionalidade das nova unidade de creche e escola de educação infantil ou escola em tempo integral. Declaro, ainda, que a Prefeitura Municipal ou Secretaria de Estado da Educação do Município ou Estado se compromete a custear e responsabilizar-se pelo funcionamento e gestão da nova unidade.

Nome da obra: **Construção de Creche no Bairro Loteamento Altinense III, Altinho/PE**

Número do programa: **2629820240011**

Número identificador da proposta: **26298006499/2023**

Altinho/PE, 05 de março de 2025.

MARIVALDO

PENA:02427424

404

MARIVALDO PENA

Prefeito

Assinado de forma digital

por MARIVALDO

PENA:02427424404

Dados: 2025.03.11 12:04:13

-03'00'

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTINHO-PE

DECLARAÇÃO

Eu, Marivaldo Pena – obras da esfera municipal , brasileiro, natural de Jaculpe-AL, portador da carteira de identidade sob nº 5.622.076 e CPF 024.274.244-04, devidamente investido no cargo de Prefeito Municipal de Altinho-PE, inscrito no CNPJ 10.091.502/001-29, com sediada Rua Dr. Nestor Varejão Nº 51, Centro-Altinho/PE, declaro que executarei as suas expensas as obras, os serviços e os equipamentos adicionais não previstos no projeto padronizado e que seus custos são compatíveis com o disposto no Decreto nº 7.983, de 2013, e nos art. 127 e art. 128 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

Altinho-PE, 13 de fevereiro de 2025.

Nome da obra: **Construção de Creche no Bairro Loteamento Altinense III, Altinho/PE**

Número do programa: **2629820240011**

Número identificador da proposta: **26298006499/2023**

MARIVALDO
PENA:0242742
4404
MARIVALDO PENA

Assinado de forma
digital por MARIVALDO
PENA:02427424404
Dados: 2025.03.14
12:53:07 -03'00'

Prefeito

DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DATA-BASE

Eu, Sebastiana Danielly da Silva, Engenheira Civil, especialista em planejamento e elaboração de projeto básico de obras públicas, na qualidade de responsável técnica, venho, por meio desta, declarar e justificar a necessidade de atualização da data-base e consequente reajuste do valor da planilha orçamentária referente à CONSTRUÇÃO DE 1 (UMA) CRECHE PADRÃO FNDE - TIPO 2, localizada no Loteamento Altinense III, no Município de Altinho/PE, vinculada à proposta PAC Seleção nº 26298006499/2023 e proposta Transferegov nº 003369/2024.

A atualização da data-base é uma medida técnica necessária para garantir que os custos estimados na planilha orçamentária reflitam com precisão os valores de mercado vigentes no momento da execução da obra. Considerando que o orçamento inicial foi elaborado com base na tabela SINAPI com data-base de janeiro de 2023, é imprescindível que a referida planilha seja atualizada para a data-base de janeiro de 2025, a fim de contemplar as variações de preços ocorridas no período.

A tabela SINAPI (Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil), publicada mensalmente pela Caixa Econômica Federal e adotada como referência oficial para obras públicas, apresenta índices que refletem as oscilações de custos dos principais insumos da construção civil, tais como: materiais, mão de obra, equipamentos e serviços. Durante o intervalo compreendido entre janeiro de 2023 e janeiro de 2025, verificou-se significativa elevação nos preços dos insumos, influenciada por diversos fatores, incluindo:

- Aumento dos custos de materiais de construção, especialmente concreto, aço e componentes elétricos;
- Reajustes salariais decorrentes de convenções coletivas da categoria da construção civil;
- Variações cambiais que impactaram insumos importados;
- Aumento dos custos logísticos e de transporte, refletindo diretamente no preço final dos insumos.

Portanto, a atualização da planilha orçamentária para a data-base de janeiro de 2025 é uma medida necessária para que o valor global da obra reflita as condições atuais de mercado, garantindo que os recursos orçamentários sejam suficientes para a adequada execução dos serviços previstos no projeto.

Declaro, ainda, que essa atualização está em conformidade com os princípios da economicidade, eficiência e transparência que regem a administração pública, assegurando que a execução da obra ocorra dentro dos padrões técnicos e financeiros estabelecidos.

Altinho/PE, 11 de março de 2025.



Danielly Silva
Engenheira Civil
CREA/PE 181755920-6

SEBASTIANA DANIELLY DA SILVA
Engenheira Civil

DECLARAÇÃO DE COMPATIBILIZAÇÃO DO ORÇAMENTO

Eu, Sebastiana Danielly da Silva, Engenheira Civil, especialista em planejamento e elaboração de projeto básico de obras públicas, na qualidade de responsável técnica, declaro para os devidos fins que as planilhas orçamentárias da obra CONSTRUÇÃO DE 1 (UMA) CRECHE PADRÃO FNDE - TIPO 2 NO LOT. ALTINENSE III DO MUNICÍPIO DE ALTINHO/PE, vinculada a proposta PAC Seleção nº 26298006499/2023 - proposta Transferegov nº 003369/2024 estão compatíveis com os quantitativos e os custos constantes de referidas planilhas com os quantitativos do projeto de engenharia e os custos do SINAPI, assim como os custos de mercado (cotações).

Altinho/PE, 11 de março de 2025.



Danielly Silva
Engenheira Civil
CREA/PE 181755920-6

SEBASTIANA DANIELLY DA SILVA
Engenheira Civil

DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE EM ACESSIBILIDADE

Eu, Sebastiana Danielly da Silva, Engenheira Civil, especialista em planejamento e elaboração de projeto básico de obras públicas, na qualidade de responsável técnica, declaro para os devidos fins que a obra **CONSTRUÇÃO DE 1 (UMA) CRECHE PADRÃO FNDE - TIPO 2 NO LOT. ALTINENSE III DO MUNICÍPIO DE ALTINHO/PE**, vinculada a proposta PAC Seleção nº 26298006499/2023 - proposta Transferegov nº 003369/2024, está em conformidade com os requisitos de acessibilidade estabelecidos pela Lei nº 10.098/2000 e demais normativas vigentes.

A presente obra foi projetada e será executada com observância das condições de acessibilidade, garantindo a inclusão de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Entre as adequações previstas, estão a implementação de rampas de acesso com inclinação adequada, espaços internos amplos para circulação segura, instalação de pisos táteis, sanitários acessíveis e sinalização inclusiva, conforme os parâmetros da NBR 9050/2020.

Assim, certifico que todos os dispositivos necessários para garantir a acessibilidade estão contemplados no projeto e serão devidamente executados, garantindo o pleno acesso e utilização do ambiente construído por todos os usuários.

Altinho/PE, 11 de março de 2025.

Danielly Silva
Engenheira Civil
CREA/PE 181755920-6

SEBASTIANA DANIELLY DA SILVA
Engenheira Civil

DECLARAÇÃO DE DOTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA MÍNIMA

Eu, Sebastiana Danielly da Silva, Engenheira Civil, especialista em planejamento e elaboração de projeto básico de obras públicas, na qualidade de responsável técnica do projeto da CONSTRUÇÃO DE 1 (UMA) CRECHE PADRÃO FNDE - TIPO 2, localizada no Loteamento Altinense III, no Município de Altinho/PE, vinculada à proposta PAC Seleção nº 26298006499/2023 e proposta Transferegov nº 003369/2024, declaro que a área localizada RUA PROJETADA, LOTEAMENTO ALTINENSE III, MUNICÍPIO DE ALTINHO/PE (Coordenadas Geográficas: -8.492310, -36.051811) não possui Rede de Distribuição de Energia Elétrica, Rede de Distribuição de Água e Solução para Esgotamento Sanitário. Por outro lado, próximo ao local de implantação da obra possui toda a infra infraestrutura mínima, a qual a necessidade de investimentos adicionais. Dessa forma, as obras terão plena funcionalidade ao final.

Altinho/PE, 11 de março de 2025.

Danielly Silva
Engenheira Civil
CREA/PE 181755920-6

SEBASTIANA DANIELLY DA SILVA
Engenheira Civil

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE ADEQUAÇÕES DE PROJETO

Eu, SEBASTIANA DANIELLY DA SILVA, brasileira, Engenheira Civil, inscrita no CREA sob o nº 181.755.920-6, na qualidade de representante do Município de Joaquim Nabuco/PE, responsável técnico pelo projeto adotado para a CONSTRUÇÃO DE 1 (UMA) CRECHE PADRÃO FNDE - TIPO 2 NO LOT. ALTINENSE III DO MUNICÍPIO DE ALTINHO/PE, vinculada a proposta PAC Seleção nº 26298006499/2023 - proposta Transferegov nº 003369/2024, DECLARO, para os devidos fins, que:

- a) Foi adotado o projeto padronizado.
- b) O projeto padronizado não necessitou de adequações ao local de implantação, sendo compatível com a legislação local e as normas técnicas brasileiras vigentes, bem como atendendo ao disposto no Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013, e nos artigos 127 e 128 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
- c) No entanto, para garantir a plena funcionalidade do objeto, serão necessárias algumas intervenções, que se enquadram como itens não financiáveis, mas que são essenciais para a funcionalidade da obra:
 - Regularização do terreno: Será necessária a regularização do terreno com motoniveladora, a qual será financiada com recursos da Municipalidade.
- d) Por fim, certifico que não há outros fatores que comprometam a funcionalidade do objeto, e que os custos dos serviços não financiáveis mencionados estão em conformidade com as disposições do Decreto nº 7.983/2013 e da Lei nº 14.133/2021.

Nome da obra: CONSTRUÇÃO DE CRECHE NO BAIRRO LOTEAMENTO ALTINENSE III, ALTINHO/PE

Número do programa: 2629820240011

Número identificador da proposta PAC Seleção: 26298006499/2023

Número da proposta Transferegov: 003369/2024

Altinho/PE, 11 de março de 2025.

Danielly Silva
Engenheira Civil
CREA/PE 181.755.920-6

SEBASTIANA DANIELLY DA SILVA
Engenheira Civil

DECLARAÇÃO DE ORÇAMENTO MAIS VANTAJOSO

Eu, Sebastiana Danielly da Silva, Engenheira Civil, especialista em planejamento e elaboração de projeto básico de obras públicas, na qualidade de responsável técnica, declaro para os devidos fins que a opção de orçamento básico mais econômica para a Administração Pública com relação ao projeto da obra CONSTRUÇÃO DE 1 (UMA) CRECHE PADRÃO FNDE - TIPO 2 NO LOT. ALTINENSE III DO MUNICÍPIO DE ALTINHO/PE é SEM DESONERAÇÃO, conforme demonstrado na Planilha Comparativa abaixo.

ORÇAMENTO	VALOR TOTAL (R\$)	BDI REFERENCIAL ADOTADO (dentro da faixa referencial do Acórdão 2622/2013, com tributos fiscais)	ENCARGOS SOCIAIS ADOTADOS (padrão SINAPI Pernambuco)
Com Desoneração	R\$ 3.348.101,77	28,35%	91,23% (hora) e 52,09% (mês)
Sem Desoneração	R\$ 3.289.147,19	22,23%	113,84% (hora) e 70,11% (mês)

Altinho/PE, 11 de março de 2025.

Danielly Silva
Engenheira Civil
CREA/PE 181755920-6

SEBASTIANA DANIELLY DA SILVA
Engenheira Civil

DECLARAÇÃO – ITENS AS

Eu, Sebastiana Danielly da Silva, Engenheira Civil, especialista em planejamento e elaboração de projeto básico de obras públicas, na qualidade de orçamentista, declaro que, após verificação detalhada dos insumos e composições de custo unitário adotados no orçamento da obra CONSTRUÇÃO DE 1 (UMA) CRECHE PADRÃO FNDE - TIPO 2 NO LOT. ALTINENSE III DO MUNICÍPIO DE ALTINHO/PE, vinculada a proposta PAC Seleção nº 26298006499/2023 - proposta Transferegov nº 003369/2024, atesto que os itens cujo preço é referenciado com a legenda “AS” (Atribuído São Paulo) no Sistema Nacional de Preços e Índices para a Construção Civil - SINAPI encontram-se justificados para manutenção, em razão da especificidade local que não altera significativamente os custos considerados.

Dessa forma, certifico que os valores atribuídos como “AS” mantêm-se compatíveis com as condições de mercado e a realidade da região, não comprometendo a exatidão do orçamento e sua adequação à execução da obra.

Altinho/PE, 11 de março de 2025.


Danielly Silva
Engenheira Civil
CREA/PE 181755920-6

SEBASTIANA DANIELLY DA SILVA
Engenheira Civil

JUSTIFICATIVA TÉCNICA PARA UTILIZAÇÃO DE SERVIÇOS ANTIECONÔMICOS EM OBRAS PÚBLICAS

REF.: CONSTRUÇÃO DE 1 (UMA) CRECHE PADRÃO FNDE - TIPO 2 NO LOT. ALTINENSE III DO MUNICÍPIO DE ALTINHO/PE, vinculada a proposta PAC Seleção nº 26298006499/2023 - proposta Transferegov nº 003369/2024.

A escolha dos métodos executivos em obras públicas deve considerar critérios técnicos, econômicos, ambientais e operacionais. Em alguns casos, a utilização de serviços considerados "antieconômicos", como a escavação manual em detrimento da mecanizada, pode se justificar em função de condições específicas do projeto, visando a viabilidade técnica da intervenção e o cumprimento dos requisitos normativos e ambientais.

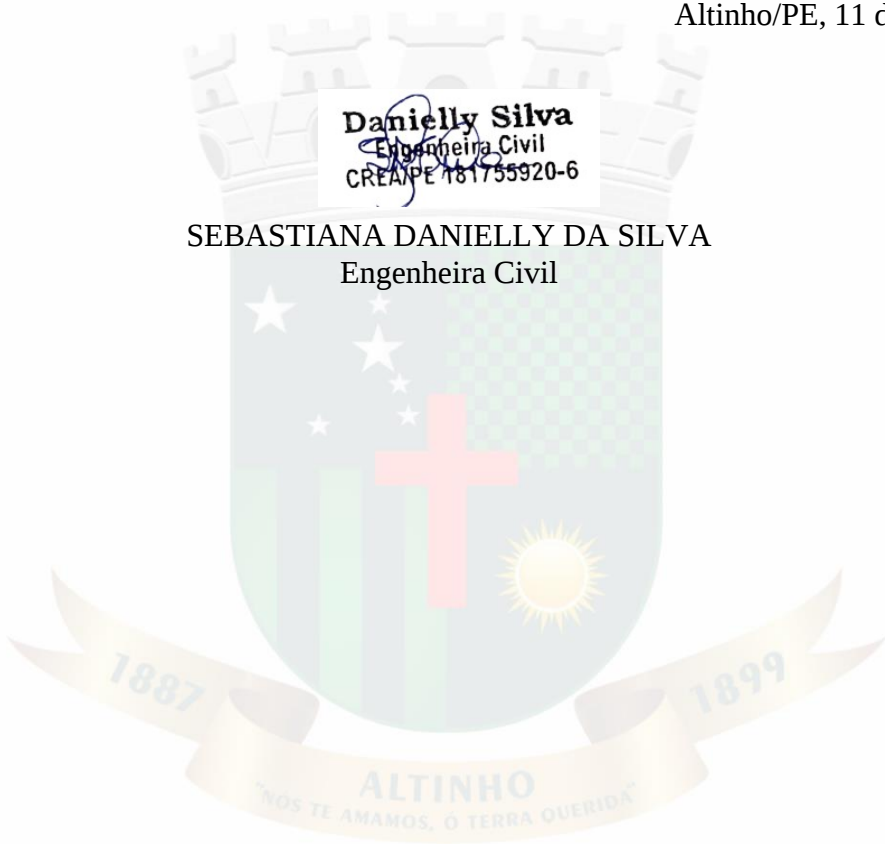
A opção pela escavação manual, em vez da mecanizada, é justificada pelos seguintes fatores:

- a) Restrições de Acesso e Logística: Devido o local de implantação da obra ser de difícil acesso, amobiliação de equipamentos pesados pode ser inviável. A escavação manual permite intervenções em espaços reduzidos sem comprometer a segurança e a integridade das edificações vizinhas.
- b) Redução de Impactos Ambientais e Sociais: O uso de máquinas escavadeiras pode gerar níveis elevados de ruído e vibração, prejudicando a comunidade e podendo comprometer edificações sensíveis. Além disso, em áreas de preservação ambiental, a escavação manual reduz o impacto sobre a vegetação e o solo, evitando degradações desnecessárias.
- c) Segurança do Trabalho e Risco de Desmoronamento: Em escavações com profundidade reduzida, utilização de equipamentos pesados pode gerar colapsos e acidentes. O uso de escavação manual permite maior controle da estabilidade das paredes do terreno, garantindo melhores condições de segurança para os trabalhadores.

Embora a escavação mecanizada seja geralmente mais produtiva e econômica, há situações em que a escavação manual se torna a escolha mais apropriada para garantir a viabilidade da obra, a segurança dos trabalhadores, a preservação de infraestruturas existentes e a minimização dos impactos ambientais e sociais.

Assim, a sua utilização se justifica tecnicamente em determinados trechos da obra, garantindo a execução dentro dos parâmetros de qualidade e segurança exigidos.

Altinho/PE, 11 de março de 2025.



Danielly Silva
Engenheira Civil
CREA/PE 181755920-6

SEBASTIANA DANIELLY DA SILVA
Engenheira Civil

OFÍCIO Nº 107 /2025

Ilmo. Sr. José Vanilson de Melo

Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Altinho /PE

Assunto: Comunicação de compromisso assumido – Declaração de Sustentabilidade

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Venho através deste comunicar ao Poder Legislativo Municipal que a Prefeitura de Altinho-PE assumiu formalmente o compromisso referente a Declaração de Sustentabilidade e Manutenção do objeto, conforme preconizado pela Instrução Normativa MPDG nº 002/2018, exigências aplicáveis a obras de engenharia financiada pelo Fundo Nacional do desenvolvimento da Educação-FNDE.

Nesse sentido, informo que a Prefeitura Municipal garantirá a adoção dos atributos previsto no projetos-padrão FNDE, bem como a alocação de recursos financeiros, técnicos e estruturais necessária à conservação da obra e á realização de reparos e manutenções periódicas ao longo da vida útil da edificação.

A presente declaração refere-se à construção de creche tipo B no município de Altinho /PE, objeto do programa nº 2629820240011, conforme proposta PAC Seleção nº 26298006499/2023 e proposta transferegov nº 003369/2024.

Na certeza de contar com o apoio desta Casa Legislativa para a concretização deste importante projeto para a educação municipal, coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais.

Altinho-PE, 12 de fevereiro de 2025.

MARIVALDO
PENA:02427424
404

Assinado de forma digital
por MARIVALDO
PENA:02427424404
Dados: 2025.03.12 14:30:34
-03'00'

Marivaldo Pena

Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTINHO-PE

DECLARAÇÃO DE PLANEJAMENTO DE LICITAÇÃO

Eu, Marivaldo Pena, brasileiro, natural de Jaculpe-AL, portador da carteira de identidade sob nº 5.622.076 e CPF 024.274.244-04, devidamente investido no cargo de Prefeito Municipal de Altinho-PE, Tomador do Contrato de Repasse nº. 962086/2024 cujo objeto é **Construção de Creche no Bairro Loteamento Altinense III, Altinho/PR**, executados com recursos da UNIÃO, resultante do PROGRAMA Novo PAC - FORMALIZAÇÃO - Creches e Escolas de Educação Infantil, declaro que:

- ☐ Serão licitadas as seguintes submetas: **Construção da Creche tipo B**
- ☐ Regime de execução: **(Preço Global)**
- ☐ Forma de execução: **Direta**
- ☐ Legislação: **Lei 14.133/2021**
- ☐ Será utilizada modalidade de contratação Pregão: ☐ sim ☒ não

Obs. O pregão é utilizado para aquisição de bens e serviços comuns, inclusive serviços comuns de engenharia. O Conveniente deve apresentar declaração enquadrando o objeto licitado como serviço comum de engenharia quando utilizar o pregão.

- ☐ O orçamento tenha caráter sigiloso: ☐ sim ☒ não

Prefeito

Nome da obra: **Construção de Creche no Bairro Loteamento Altinense III, Altinho/PE**

Número do programa: **2629820240011**

Número identificador da proposta: **26298006499/2023**

Altinho/PE, 12 de março de 2025.

MARIVALDO
PENA:0242742
4404
MARIVALDO PENA

Assinado de forma digital por MARIVALDO PENA:02427424404
Dados: 2025.03.12 14:43:07 -03'00'

Prefeito



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MUNICÍPIO DE ALTINHO

DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICO-GERENCIAL

Eu, **Andrea Cristina da Silva**, brasileira, natural de Agrestina/PE, portadora da carteira de identidade sob nº 5757589 SDS/PE e CPF sob nº 034.901.264-40, devidamente investida no cargo de **Secretária Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia do Município de Altinho/PE**, inscrito no CNPJ **10.091.502/0001-29**, com sede à Rua Siqueira Campos, 110, Centro, Altinho/PE, CEP 55.490-000, declaro para os devidos fins de direito que a Secretaria de Educação, Ciência e Tecnologia do Município de Altinho/PE, em conformidade com o Decreto Nº 11.855, de 26 de dezembro de 2023, possui:

- Capacidade técnico-gerencial para executar plenamente a obra pactuada com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, abarcando todas as funções administrativas, contábeis, licitatórias e jurídicas decorrentes do processo construtivo.
- Capacidade técnico-gerencial para acompanhar de maneira adequada e promover todas as sanções administrativas que a legislação federal incumbe aos contratantes públicos e todo o marco legislativo e normativo referente ao Novo PAC.

Nome da obra: Construção de Creche, por meio de assistência técnica e financeira do FNDE, com projeto próprio e com capacidade de atendimento de até 70 crianças em Tempo Integral, no Loteamento Altinense III, município de Altinho-PE, composta de, ao menos, 4 salas com oferta de Ensino Integral, de modo a atender 10 crianças de 0 a 1 ano, 16 crianças de 1 a 2 anos, 20 crianças de 3 a 4 anos e 24 crianças de Pré-escola (4 e 5 anos), totalizando 70 crianças.

Número do programa: 2629820240011

Número identificador da proposta: 003369/2024

Altinho/PE, 01 de maio de 2024.

Documento assinado digitalmente
gov.br ANDREA CRISTINA DA SILVA
Data: 01/05/2024 14:25:04-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Andrea Cristina da Silva
Secretária Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia
Portaria 086/2024



DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICO-GERENCIAL

Eu, **Orlando José da Silva**, brasileiro, natural de Caruaru/PE, portador da carteira de identidade sob nº 5.928.306 SDS/PE e CPF sob nº 775.210.134-68, devidamente investido no cargo de **Prefeito do Município de Altinho/PE**, inscrito no CNPJ **10.091.502/0001-29**, com sede à Rua Siqueira Campos, 110, Centro, Altinho/PE, CEP 55.490-000, declaro para os devidos fins de direito que a Prefeitura do Município de Altinho/PE, em conformidade com o Decreto Nº 11.855, de 26 de dezembro de 2023, possui:

- Capacidade técnico-gerencial para executar plenamente a obra pactuada com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, abarcando todas as funções administrativas, contábeis, licitatórias e jurídicas decorrentes do processo construtivo.
- Capacidade técnico-gerencial para acompanhar de maneira adequada e promover todas as sanções administrativas que a legislação federal incumbe aos contratantes públicos e todo o marco legislativo e normativo referente ao Novo PAC.

Nome da obra: Construção de Creche no Bairro Loteamento Altinense III, Altinho/PE - Projeto Próprio

Número do programa: 2629820240011

Número identificador da proposta: 003369/2024

Altinho/PE, 14 de maio de 2024.

ORLANDO JOSE DA
SILVA:7752101346
8

Assinado de forma digital por
ORLANDO JOSE DA
SILVA:77521013468
Dados: 2024.05.14 15:00:02
-03'00'

Orlando José da Silva
Prefeito de Altinho/PE



DECLARAÇÃO DE CONTRAPARTIDA E COMPROMISSO DE CONCLUSÃO DA OBRA

Eu, **Orlando José da Silva**, brasileiro, natural de Caruaru/PE, portador da carteira de identidade sob nº 5.928.306 SDS/PE e CPF sob nº 775.210.134-68, devidamente investido no cargo de **Prefeito do Município de Altinho/PE**, inscrito no CNPJ **10.091.502/0001-29**, com sede à Rua Siqueira Campos, 110, Centro, Altinho/PE, CEP 55.490-000, declaro para os devidos fins de direito que a Prefeitura do Município de Altinho/PE, em conformidade com o Decreto Nº 11.855, de 26 de dezembro de 2023, responsabiliza-se pela execução completa da obra, pelo aporte de recursos próprios para arcar com o valor excedente, caso o valor global seja superior ao valor referencial, bem como pela contrapartida, com vistas a construção de uma creche, cujo valor da obra é de **R\$ 2.690.793,42 (dois milhões, seiscentos e noventa mil, setecentos e noventa e três reais e quarenta e dois centavos)**, sendo o valor do FNDE de R\$ 2.663.885,49 (dois milhões, seiscentos e sessenta e três mil, oitocentos e oitenta e cinco reais e quarenta e nove centavos), e o valor de contrapartida de **R\$ 26.907,93 (vinte e seis mil, novecentos e sete reais e noventa e três centavos)**.

Nome da obra: Construção de Creche no Bairro Loteamento Altinense III, Altinho/PE - Projeto Próprio

Número do programa: 2629820240011

Número identificador da proposta: 003369/2024

Altinho/PE, 14 de maio de 2024.

ORLANDO JOSE DA
SILVA:7752101346
8

Assinado de forma digital por
ORLANDO JOSE DA
SILVA:77521013468
Dados: 2024.05.14 15:00:36
-03'00'

Orlando José da Silva
Prefeito de Altinho/PE



CONTRAPARTIDA FINANCEIRA

Declaração

Declaro, sob as penas da Lei, e em conformidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente e com a Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000, que dispomos dos recursos orçamentários, no valor de **R\$ 53.678,06 (cinquenta e três mil, seiscentos e setenta e oito reais e seis centavos)**, para participação, a título de Contrapartida Financeira, no repasse de recursos destinados a Construção de Creche no Bairro Loteamento Altinense III, Altinho/PE, Programa 2629820240011, Proposta Transferegov nº 003369/2024.

Os recursos estão disponíveis na Lei Orçamentária Municipal 1.467/2023 de 04 de dezembro de 2023, conforme rubrica orçamentária abaixo especificada, e cópia anexa:

Unidade Gestora: 1 – Prefeitura Municipal de Altinho
Órgão Orçamentário: 30000 – SEDUTEC – Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia
Unidade Orçamentária: 30100 – SEDUTEC – Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia
Função: 12 – Educação
Subfunção: 365 – Educação Infantil
Programa: 1210 – Creche e Pré-Escola
Ação: 1.11. Expansão e melhoria do Ensino Infantil
Despesa 358: 4.4.90.00.00 Aplicações Diretas
Fonte de recurso: 103200 – Convênio Educação – União – 1.570.0000

Altinho/PE, 27 de junho de 2024.

ORLANDO JOSE DA SILVA:77521013468
Assinado de forma digital por
ORLANDO JOSE DA
SILVA:77521013468
Dados: 2024.06.27 17:06:38
-03'00"

Orlando José da Silva
Prefeito de Altinho/PE

DECLARAÇÃO DE POSSE DE TERRENO

Eu, Orlando José da Silva, CPF sob nº 775.210.134-68, Declaro, para efeitos de cumprimento da Resolução do Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação nº 20, de 6 de outubro de 2023, que institui os procedimentos de seleção e habilitação de propostas de obras no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento, que o município de Altinho/PE, o qual legalmente represento, é detentor da posse do terreno descrito abaixo e que, quando instado pelo FNDE, apresentará a documentação comprobatória, nos termos da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023.

Nome da obra: Construção de Creche Dr. Petrúcio Rodrigues

Identificador da proposta: 26298006499/2023

CEP: 55.490-000

Logradouro: Rua Orlando Joel de Oliveira S/N, Loteamento Altinense III, Altinho-PE

Ponto de referência: Percurso para Sítio Demarcação, Zona Rural do Município.

Longitude e latitude do terreno, em formato decimal: -8.494064° / -36.051331°

Altinho/PE, 10 de novembro de 2023.

ORLANDO JOSE DA
SILVA:77521013468

Assinado de forma digital por
ORLANDO JOSE DA
SILVA:77521013468
Dados: 2023.11.10 15:39:08 -03'00'

Orlando José da Silva
Prefeito



Gerência Executiva de Governo - Caruaru/PE
Rua Barão de Porto Seguro, 180, 2º andar – Bairro Maurício de Nassau
55012-030 – Caruaru – PE

Carta Reversal nº 0051 / 2024 / GIGOV/CA

CARUARU, 30 de setembro de 2024

A Sua Excelência o Senhor
ORLANDO JOSÉ DA SILVA
Prefeito Municipal
Prefeitura Municipal de ALTINHO
RUA DR NESTOR VAREJAO SN
CEP:55490-000 – ALTINHO – PE

Assunto: Prorrogação de Cláusula Suspensiva

Senhor Prefeito Municipal,

Com relação ao Termo de Compromisso nº 962086/2024 - Operação 1094821-05, de 28/06/2024, assinado segundo os termos do Programa Educação Básica Democrática, Com Qualidade e Equidade, informamos que o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), representado pela Caixa Econômica Federal, determinou que o prazo para atendimento da cláusula suspensiva é até 31/03/2025. Desta forma, recomendamos que a documentação comece a ser apresentada a partir de 01/10/2024, para análise por esta mandatária.

Respeitosamente,

ANNE CAROLINE VILELA GOMES
Coordenadora de Filial S. E.
Gerência Executiva de Governo Caruaru/PE

EMERSON GOMES DE
ALMEIDA:19459283870
Assinado de forma digital por
EMERSON GOMES DE
ALMEIDA:19459283870
Dados: 2024.10.02 16:30:06 -03'00'
EMERSON GOMES DE ALMEIDA
Gerente de Filial
Gerência Executiva de Governo Caruaru/PE

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)
Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492
Ouvidoria: 0800 725 7474
caixa.gov.br

Gerência Executiva de Governo - Caruaru/PE
Rua Barão de Porto Seguro, 180, 2º andar – Bairro Maurício de Nassau
55012-030 – Caruaru – PE

Ofício nº 0270 / 2024 / GIGOV/CA

CARUARU, 27 de junho de 2024

A Sua Excelência o Senhor
ORLANDO JOSÉ DA SILVA
Prefeito Municipal
Prefeitura Municipal de ALTINHO
RUA DR NESTOR VAREJAO SN
CEP: 55490-000 – ALTINHO – PE

Assunto: **Recursos do Orçamento Geral da União - 2024**

Ref.: **Programa: OPERACOES DIVERSAS – Operação nº 1094821-05**
Nº Proposta SICONV: 3369/2024

Senhor Prefeito Municipal,

1. Informamos com grande satisfação a seleção de emenda no Orçamento Geral da União 2024, pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, conforme dados abaixo:
 - Programa: **OPERACOES DIVERSAS**
 - Objeto: **construção de creche no bairro loteamento altinense iii, altinho/pe - projeto próprio.**
 - Valor de Repasse: **R\$ 5.314.128,09**
 - Proposta: **3369/2024**
 - Convênio: **962086**
 - Operação: **1094821-05**
2. Esclarecemos que a presente operação é regida pela Portaria Interministerial nº 33, de 30 de agosto de 2023.
3. Visando à contratação da operação, encaminhamos em anexo checklist com a documentação necessária. Solicitamos apensar a respectiva documentação na aba Requisitos para Celebração.



4. A referida seleção carece ainda de disponibilização do respectivo empenho dos recursos, necessário à formalização do Contrato de Repasse.
5. Estamos à disposição para maiores esclarecimentos.

Respeitosamente,

ELBENIZ BARBOSA
SILVA:05747719483

Assinado de forma digital por
ELBENIZ BARBOSA
SILVA:05747719483
Dados: 2024.06.27 13:15:03 -03'00'

ELBENIZ BARBOSA SILVA
Assistente Pleno
Gerência Executiva de Governo Caruaru/PE

VERONICA
MENDES
LIRA:01081388
447

Assinado de forma
digital por VERONICA
MENDES
LIRA:01081388447
Dados: 2024.06.27
13:25:44 -03'00'

VERONICA MENDES LIRA
Coordenador de Filial
Gerência Executiva de Governo Caruaru/PE

0402325-23/12	MCIDADES	PM Rio de Janeiro/RJ	Altera vigência: 31/12/2025	T Aditivo:27/02/2025
0402326-37/12	MCIDADES	PM Rio de Janeiro/RJ	Altera vigência: 31/12/2025	T Aditivo:27/02/2025
923864/21	MCIDADES	PM TRÊS RIOS/RJ	Altera vigência: 01/04/2026	T Aditivo: 27/02/2025
949444/23	MCIDADES	PM Santana do Paraíso/MG	Altera repasse e contrap: R\$ 5.707.317,23 e R\$ 360.628,23	T Aditivo:27/02/2025
892732/19	MAP	PM CONGO/PB	Altera vigência: 31/05/2025	T Aditivo:27/02/2025
960704/24	FNDE	PM Santa Maria/RS	Alteração do(s) dado(s) DA CONDIÇÃO SUSPENSIVA do(s) item(ns) e subitem(ns) 2.1	T Aditivo:27/02/2025
899614/20	MCIDADES	PM Calçoene/AP	Altera vigência: 31/12/2025	T Aditivo:27/02/2025
959328/2024	MIDR	PM Três Pontas/MG	Alt.CP.: R\$ 23.346,54	T.Aditivo: 27/02/2025
0350831-48/11	MCIDADES	Estado de Rondônia/RO	Altera repasse R\$ 8.684.050,49, rendimento R\$ 333.424,92 e contrap: R\$ 995.669,4	T Aditivo:27/02/2025
955032/2023	MS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE/AP	Altera vigência: 31/12/2027	T Aditivo:26/02/2025
946282/2023	MS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE/AP	Altera vigência: 29/12/2027	T Aditivo:26/02/2025
953940/2023	MS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE/AP	Altera vigência: 30/12/2027	T Aditivo:26/02/2025
899838/20	MIDR	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura Familiar do RN -	Altera vigência: 31/03/2025	Ex-Ofício:27/02/2025
904495/20	MIDR	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura Familiar do RN -	Altera vigência: 31/03/2025	Ex-Ofício:27/02/2025
948502/23	MESP	PM Novo Xingu/RS	Altera contrap: R\$ 37.398,24	T Aditivo:27/02/2025
790637/13	MDASCF	Alagoas/AL	Altera vigência: 30/11/2025	T Aditivo:27/02/2025
833194/16	MINC	PM Rosário do Sul/RS	Altera contrap: R\$ 85.990,47	T Aditivo:27/02/2025
962086/2024	FNDE	PM ALTINHO-PE	Construção de creche tipo 2, no loteamento São Pedro, Altinho-PE	Termo aditivo de 26/02/2025
961000/2024	FNDE	PM ALTINHO-PE	Construção de uma escola com 5 salas, projeto padrão, no Loteamento de Ageu.	Termo aditivo de 26/02/2025
908894/20	MAP	Formiga/MG	Altera CP: R\$99.502,56	T Aditivo- 25/02/2025
959385/24	MIDR	PM Morro do Pilar/MG	Inclusão do item 1.1.2 e subitens \a\ e \b\ na cláusula primeira	T Aditivo:26/02/2025
895349/19	MCIDADES	PM Barro Preto/BA	Altera vigência: 01/07/2025	T Aditivo:21/02/2024
1056.800-01/2018	MCIDADES	PM Moreno/PE	Altera vigência: 13/10/2025	T Aditivo:27/02/2025
0350.863-33/2011	MCIDADES	Estado de PE/COMPESA	Altera vigência: 28/02/2026	Termo aditivo : 25/02/2025
CR 913206/21 OP 1077838-50/21	MESP	PM TABIRA/PE	Altera vigência: 29/09/2025	T Aditivo:2702/2025
964309/24	FNDE	PM PAUDALHO/PE	Altera objeto: construção de creche e escola de educação infantil, Rua do Iraqu	T Aditivo:25//02/2025
948857/2023	MIDR	PM Guariba/SP	Altera contrap: R\$ 140.719,23	T Aditivo:26/02/2025
944535/23	MCIDADES	PM Dona Euzébia/MG	Altera repasse e contrap: R\$ 460.378,83 e R\$ 4.650,29	T Aditivo:27/02/2025
952673/23	MCIDADES	PM Leopoldina/MG	Altera contrap: R\$ 964,14	T Aditivo:26/02/2025

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

CONTRATO	CONTRATANTE	CONTRATADO	OBJETO	INSTRUMENTO
946220/23	MAP	PM DESTERRO/PB	Altera contrap: R\$ 80.685,78	T Aditivo:28/02/2025
952015/23	MDASCF	PM Torixoréu/MT	Altera contrap: R\$ 9.265,84	T Aditivo:28/02/2025
1081896-34/2021	MIDR	PM de Umarizal/RN	Alt. Vig.: 30/10/2025	TAditivo: 28/02/2025
953510/23	MCIDADES	PM Balneário Piçarras/SC	Altera repasse: R\$ 7.257.528,80	T Aditivo:27/02/2025
945222/23	MCIDADES	PM Planura/MG	Altera repasse e contrap: R\$ 242.856,62 e R\$ 17.548,18	T Aditivo:25/02/2025
940667/23	MTUR	PM Novo Hamburgo/RS	Altera contrap: R\$ 11.014,87	T Aditivo:27/02/2025
943182/23	MCIDADES	PM Novo Hamburgo/RS	Altera contrap: R\$ 183.358,63	T Aditivo:27/02/2025
912747/21	MCIDADES	PM PITIMBU/PB	Altera vigência: 28/09/2025	T Aditivo:27/02/2025
1077075-60/2021	MCIDADES	PM de São Bento do Norte/RN	Alt. Vig.: 30/08/2025	Ex-Ofício: 28/02/2025
909293/2020	MIDR	PM AGRESTINA-PE	VIGÊNCIA PARA 01/04/2026	Termo Aditivo de 28/02/2025
910665/21	MAP	PM Redenção/CE	Altera vigência: 30/04/2026	T Aditivo:28/02/2025
899275/2020	MTUR	PM Jussara/GO	Alt. Vigência: 30/06/2025	T. Aditivo: 28/02/2025

925443/21	MCIDADES	PM Natal/RN	Altera vigência: 26/09/2025	T Aditivo:19/02/2025
906285/20	MCIDADES	PM PIANCÓ/PB	Altera vigência: 30/07/2025	T Aditivo: 28/02/2025
960054/2024	MESP/CAIXA	PM Sobral/CE	Alteração do item 2. DA CONDIÇÃO SUSPENSIVA	T Aditivo: 28/02/2025
912008/21	MIDR	PM Ipueiras/CE	Altera vigência: 17/10/2025	T Aditivo:27/02/2025
0398475-48/2014	MCIDADES	COMPANHIA ESTADUAL DE\nHABITAÇÃO E OBRAS CEHAB	Alteração de vigência: 20/12/2025	Termo Aditivo: 18/12/2024
928131/22	MTUR	PM Porto Velho/RO	Altera CLAUSULAS QUINTA e DÉCIMA SEXTA	T Aditivo:28/02/2025
929536/2022 1083087-92	CAIXA/MCIDADES	PM Porto Nacional/TO	Altera contrap: R\$ 1.172.812,82	T Aditivo: 28/02/2025
870387/2018 1057012-98	CAIXA/MCIDADES	PM Araguañã/TO	Altera vigência: 29/08/2025	T Aditivo: 28/02/2025
878629/2018 1061413-53	CAIXA/MCIDADES	PM Araguañã/TO	Altera vigência: 29/08/2025	T Aditivo: 28/02/2025
915736/21	MCIDADES	PM Petrolina de Goiás/GO	Altera vigência: 15/03/2026	Ex-Ofício:27/02/2025
928695/22	MCIDADES	PM Itauçu/GO	Altera vigência: 27/01/2026	Ex-Ofício:27/02/2025
953653/23	MESP	PM Belo Horizonte/MG	Inclusão de operação no Regime Simplificado	T Aditivo:24/02/2025
953666/23	MESP	PM Belo Horizonte/MG	Inclusão de operação no Regime Simplificado	T Aditivo:24/02/2025
953660/23	MESP	PM Belo Horizonte/MG	Inclusão de operação no Regime Simplificado	T Aditivo:25/02/2025
953662/23	MESP	PM Belo Horizonte/MG	Inclusão de operação no Regime Simplificado	T Aditivo:24/02/2025
953664/23	MESP	PM Belo Horizonte/MG	Inclusão de operação no Regime Simplificado	T Aditivo:24/02/2025
960805/24	FNDE	PM MARIZÓPOLIS/PB	Altera repasse e contrap: R\$ 3.078.679,96 e R\$ 31.097,98	T Aditivo:27/02/2025
952806/23	MCIDADES	PM Dobrada/SP	Altera contrap: R\$ 82.540,24	T Aditivo:27/02/2025
909000/20	MCIDADES	PM Motuca/SP	Altera vigência: 29/09/2025	T Aditivo:27/02/2025
0352660-23/11	MCIDADES	PM Cabo de Santo Agostinho/PE	Altera vigência: 30/04/2025	Ex-Ofício:28/02/2025
0301543-23/09	MCIDADES	PM Cabo de Santo Agostinho/PE	Altera vigência: 30/04/2025	Ex-Ofício:28/02/2025
959862/2024	FNDE/CAIXA	PM Ararendá/CE	Alteração do item 2. DA CONDIÇÃO SUSPENSIVA	T Aditivo: 27/02/2025
812853/14	MS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO PEDRO DO PIAUI - FMS/PI	Altera vigência: 24/02/2026	T Aditivo:21/02/2025
954718/23	MCIDADES	PM Teutônia/RS	Altera contrap: R\$ 3.694,45	T Aditivo:27/02/2025
1074022-18 909082/20	// MTUR	PM Maragogi/AL	Altera vigência: 01/04/2026	Ex-Ofício: 27/02/2025
1061288-99/18	MS	Fundo Municipal de Saúde de Campos Verdes/GO	Prorroga vigência: 28/09/25	T Aditivo: 27/02/25
915538/21	MIDR	PM Riachão/MA	Altera vigência: 30/09/2025	T Aditivo:27/02/2025
917208/21	MAP	PM Conceição de Ipanema/MG	Altera vigência: 31/03/2026	Ex-Ofício:27/02/2025
902477/20	MIDR	PM Lago Dos Rodrigues/MA	Altera vigência: 30/03/2026	Ex-Ofício:27/02/2025
902497/20	MCIDADES	PM Guaratinguetá/SP	Altera contrap: R\$ 148.654,99	T Aditivo:14/02/2025
893072/19	MIDR	PM Esperantinópolis/MA	Altera vigência: 30/09/2025	T Aditivo:26/02/2025
954012/23	MIDR	PM Picada Café/RS	Altera contrap: R\$ 96.296,21	T Aditivo:26/02/2025

CENTRALIZADORA NACIONAL GESTÃO FORMAL DE CONTRATOS

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

1º Termo de Prorrogação do contrato 3707/2024; Objeto: registro de preços para prestação de serviços comuns de engenharia (SCE) para fornecimento e instalação de sistema de ar-condicionado e atividades correlatas para as unidades da Caixa vinculadas à CEINF BASE SP: SR São Paulo Norte, SR São Paulo Leste e SR Litoral Paulista e Vale (Ag Corifeu de Azevedo Marques/SP, 3291); Contratada: DENTECK AR CONDICIONADO LTDA; CNPJ: 11.xxx.557/0003-xx; Novo prazo: 13/05/2025 até 12/05/2026; Assinado em: 27/02/2025.

1º Termo de Prorrogação do contrato 3895/2024; Objeto: registro de preços para prestação de serviços comuns de engenharia (SCE) para fornecimento e instalação de sistema de ar-condicionado e atividades correlatas para as unidades da Caixa vinculadas à CEINF BASE SP: SR São Paulo Norte, SR São Paulo Leste e SR Litoral Paulista e Vale (Ag Imirim/SP, 1368); Contratada: DENTECK AR CONDICIONADO LTDA; CNPJ: 11.xxx.557/0003-xx; Novo prazo: 08/05/2025 até 07/05/2026; Assinado em: 27/02/2025.

1º Termo de Prorrogação do contrato 2448/2024; Objeto: registro de preços para prestação de serviços comuns de engenharia (SCE) para fornecimento e instalação de sistema de ar-condicionado e atividades correlatas para as unidades da Caixa vinculadas à CEINF BASE SP: SR São Paulo Norte, SR São Paulo Leste e SR Litoral Paulista e Vale (Ag Itaim Paulista/SP, 1653); Contratada: DENTECK AR CONDICIONADO LTDA; CNPJ: 11.xxx.557/0003-xx; Novo prazo: 02/04/2025 até 01/04/2026; Assinado em: 27/02/2025.

1º Termo de Prorrogação do contrato 2673/2024; Objeto: registro de preços para prestação de serviços comuns de engenharia (SCE) para fornecimento e instalação de sistema de ar-condicionado e atividades correlatas para as unidades da Caixa vinculadas à CEINF BASE SP: SR São Paulo Norte, SR São Paulo Leste e SR Litoral Paulista e Vale (Ag Barão/SP, 1599); Contratada: DENTECK AR CONDICIONADO LTDA; CNPJ: 11.xxx.557/0003-xx; Novo prazo: 19/04/2025 até 18/04/2026; Assinado em: 27/02/2025.



**TERMO DE COMPROMISSO Nº
962086/2024/FNDE/CAIXA****TERMO DE COMPROMISSO QUE ENTRE
SI CELEBRAM A UNIÃO FEDERAL, POR
INTERMÉDIO DO FUNDO NACIONAL DE
DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO,
REPRESENTADO(A) PELA CAIXA
ECONÔMICA FEDERAL, E O(A)
MUNICÍPIO DE ALTINHO, OBJETIVANDO
A EXECUÇÃO DE AÇÕES RELATIVAS AO
OPERACOES DIVERSAS.**

A **UNIÃO**, por intermédio do(a) **FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO, Gestor(a) do Programa**, com sede em Brasília/DF, no endereço S.B.S. - Quadra 02 - Bloco F Brasília/DF - CEP: 70.070-929, inscrito no CNPJ/MF nº 00.378.257/0001-81, doravante denominada **REPASSADOR**, neste ato representado(a) pela **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**, instituição financeira sob a forma de empresa pública, dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada pelo Decreto-Lei nº 759, de 12 de agosto de 1969 e constituída pelo Decreto nº 66.303, de 6 de março de 1970, regendo-se pelo Estatuto Social aprovado na Assembleia Geral de 19 de janeiro de 2018, em conformidade com o Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, e suas alterações, com sede no Setor Bancário Sul, Quadra 04, Lote 3/4, Brasília-DF, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 00.360.305/0001-04, doravante denominada **MANDATÁRIA**, neste ato representada por EMERSON GOMES DE ALMEIDA, Matrícula Funcional nº c065430, conforme procuração lavrada em notas do 2º Tabelião de Notas e Protesto de Brasília/DF, no livro 3577-P, fls. 65, em Brasília/DF em 05/09/2023. e substabelecimento lavrado em notas do 2º Tabelião de Notas e Protesto de Brasília/DF, no livro 3579-P, fls. 105, em 29/09/2023. e, de outro lado, o **MUNICÍPIO DE ALTINHO**, com sede em ALTINHO/PE, no endereço RUA DR NESTOR VAREJAO SN - 55490-000, inscrito no CNPJ/MF nº 10.091.502/0001-29, doravante denominada **RECEBEDOR**, neste ato representado(a) pelo Prefeito Municipal, Senhor ORLANDO JOSÉ DA SILVA, Matrícula Funcional nº294962 , **FIRMAM**, entre si, o presente **TERMO DE COMPROMISSO**, com **fundamento e conformidade** com a Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007, a Lei nº 14.133, 1º de abril de 2021, a Lei de Diretrizes Orçamentárias Federal vigente, o Decreto nº 11.855, de 26 de dezembro de 2023, o Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, e suas alterações, o Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, a Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023 e suas alterações, a Instrução Normativa MPDG Nº 02, de 24 de janeiro de 2018 e suas alterações, as Diretrizes Operacionais do Gestor do Programa para o exercício, o Contrato de Prestação de Serviços (CPS) firmado entre o Gestor do Programa e a Caixa Econômica Federal, às demais leis e normativos vigentes que tratem da matéria e mediante as cláusulas e condições a seguir especificadas.

1. OBJETO

O presente Termo de Compromisso tem por objeto a execução de “CONSTRUÇÃO DE CRECHE NO BAIRRO LOTEAMENTO ALTINENSE III, ALTINHO/PE - PROJETO PRÓPRIO.” a ser realizada no ALTINHO/PE conforme especificações estabelecidas no plano de trabalho.

1.1. O **RECEBEDOR** declara que utilizará o projeto de engenharia na modalidade **Próprio**.

1.2. No caso de Projeto Padronizado, não será permitida alteração da modalidade após a celebração do presente instrumento.

2. DA CONDIÇÃO SUSPENSIVA

() Não (x) Sim

No caso de “SIM”, informar:

Documentação: Área de Intervenção, Técnica de Engenharia, Licença Ambiental e Plano de Sustentabilidade.

2.1. O **RECEBEDOR** deverá apresentar as peças documentais, de que trata esta condição, no Transferegov.br, em até 9 (nove) meses, contados da data da assinatura do documento.

2.2. A eficácia deste Instrumento está condicionada à apresentação pelo **RECEBEDOR** e/ou **UNIDADE EXECUTORA** da documentação disposta no art. 24 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023, ou normas complementares que venham a disciplinar as transferências de recursos regidas pelo Decreto nº 11.855, de 2023, na data da celebração do presente instrumento ou no prazo estabelecido no item 2.1., bem como à análise favorável pela **MANDATÁRIA** da referida documentação.

2.3. O **RECEBEDOR** e/ou **UNIDADE EXECUTORA**, desde já e por este Instrumento, reconhece e dá sua anuência que o não atendimento das exigências no prazo fixado ou a não aprovação da documentação pela **MANDATÁRIA** implicará a:

- a. Extinção do presente Termo de Compromisso independente de notificação, quando não houver liberação de recursos de repasse;
- b. Rescisão imediata do presente Termo de Compromisso, com o ressarcimento de eventuais despesas para elaboração do projeto básico ou termo de referência custeadas com recursos do instrumento.

3. DO PLANO DE TRABALHO

O Plano de Trabalho aprovado no **Transferegov.br** e suas alterações, é parte integrante do presente Termo de Compromisso, independente de transcrição.

4. DAS OBRIGAÇÕES

4.1. DAS OBRIGAÇÕES DA MANDATÁRIA

- I. Analisar e aceitar a documentação técnica, institucional e jurídica das propostas selecionadas;
- II. publicar no Diário Oficial da União (DOU), o extrato do Termo de Compromisso, e respectivas alterações, quando houver, no prazo de até 10 (dez) dias úteis a contar de sua assinatura;
- III. acompanhar e aferir a execução físico-financeira do objeto pactuado, assim como verificar a regular aplicação das parcelas de recursos;
- IV. transferir ao **RECEBEDOR** e/ou **UNIDADE EXECUTORA** os recursos financeiros para a execução deste Termo de Compromisso, na forma do cronograma de desembolso aprovado, observado o disposto no art. 68 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023;
- V. comunicar a assinatura e liberação de recursos ao Poder Legislativo na forma disposta na legislação;
- VI. monitorar e acompanhar a conformidade física e financeira durante a execução do presente instrumento;
- VII. analisar eventuais solicitações de reprogramação dos Anteprojetos, Projetos Técnicos ou Termos de Referência, submetendo-as, quando for o caso, ao Gestor do Programa, mediante o pagamento de tarifa extraordinária;
- VIII. verificar a realização do procedimento licitatório pelo **RECEBEDOR**, atendo-se à documentação no que tange: a contemporaneidade do certame, aos preços do licitante vencedor e sua compatibilidade com os preços de referência, ao respectivo enquadramento do objeto ajustado com o efetivamente licitado, ao fornecimento de declaração expressa firmada por representante legal do **RECEBEDOR** e/ou **UNIDADE EXECUTORA** atestando o atendimento às disposições legais aplicáveis, ou registro no **Transferegov.br** que a substitua;
- IX. verificar a existência da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART e/ou Registro de Responsabilidade Técnica – RRT ou, quando aplicável, Termo de Responsabilidade Técnica – TRT, quando se tratar de obras e serviços de engenharia;
- X. designar, em 10 dias contados da assinatura do instrumento, os servidores ou empregados responsáveis pelo seu acompanhamento;
- XI. divulgar em sítio eletrônico institucional as informações referentes a valores devolvidos, bem como a causa da devolução, nos casos de não execução total do objeto pactuado, extinção ou rescisão do instrumento;
- XII. fornecer, quando requisitadas pelos órgãos de controle externo e nos limites de sua competência específica, informações relativas ao Termo de Compromisso independente de autorização judicial;

- XIII. notificar previamente o **RECEBEDOR** a inscrição como inadimplente no **Transferegov.br**, quando detectadas impropriedades ou irregularidades no acompanhamento da execução do objeto do instrumento, devendo ser incluída no aviso a respectiva Secretaria da Fazenda ou secretaria similar, e o Poder Legislativo do órgão responsável pelo instrumento;
- XIV. receber e analisar a prestação de contas encaminhada pelo **RECEBEDOR** e/ou **UNIDADE EXECUTORA**, bem como notificá-lo(a) quando da não apresentação da prestação de contas no prazo fixado, e/ou quando constatada a má aplicação dos recursos, instaurando, se for o caso, a correspondente Tomada de Contas Especial;
- XV. efetuar a devolução imediata dos saldos remanescentes da conta vinculada ao instrumento para a conta única do Tesouro Nacional, nos casos aplicáveis;
- XVI. ter a prerrogativa de assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação ou de ocorrência de fato relevante, de modo a evitar sua descontinuidade;
- XVII. realizar tempestivamente no **Transferegov.br** os atos e os procedimentos relativos ao acompanhamento da execução do objeto, registrando aqueles que por sua natureza não possam ser realizados nesse Sistema, mantendo-o atualizado;
- XVIII. providenciar, quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do presente instrumento, o cancelamento dos saldos de empenho no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

4.2. DAS OBRIGAÇÕES DO RECEBEDOR

- I. executar e fiscalizar o objeto pactuado, de acordo com o Plano de Trabalho aprovado, adotando todas as medidas necessárias à correta execução deste Termo de Compromisso;
- II. executar e fiscalizar os trabalhos necessários à consecução do objeto pactuado no Termo de Compromisso, observando prazos e custos, designando profissional habilitado e com experiência necessária ao acompanhamento e controle das obras e serviços com a respectiva ART, RRT ou, quando aplicável, TRT da prestação de serviços de fiscalização a serem realizados, utilizando os aplicativos disponibilizados pelo órgão central do **Transferegov.br**, para registro da execução física do objeto e quando da realização das atividades de fiscalização;
- III. consignar no Orçamento do exercício corrente ou, em lei que autorize sua inclusão, os recursos necessários para executar o objeto do Termo de Compromisso e, no caso de investimento que extrapole o exercício, consignar no Plano Plurianual os recursos para atender às despesas em exercícios futuros que, anualmente constarão do seu Orçamento;
- IV. observar as condições para inscrição em **restos a pagar** estabelecidas pela Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000;
- V. comprometer-se, nos casos em que couber a **instituição da contribuição de melhoria**, nos termos do Código Tributário Nacional, a não efetuar cobrança que resulte em montante superior à contrapartida aportada ao Termo de Compromisso;
- VI. definir o regime de execução do objeto do Termo de Compromisso, conforme legislação vigente;

- VII. definir, por metas e etapas a forma de execução do objeto, observando:
- a) a forma e a metodologia de comprovação do cumprimento do objeto estabelecidas pelo Gestor, conforme diretrizes programáticas ou normas complementares; e
 - b) a descrição dos parâmetros objetivos de referência para a avaliação do cumprimento do objeto estabelecidos pelo Gestor, conforme diretrizes programáticas ou normas complementares.
- VIII. definir as necessidades e demandas das obras, realizar os estudos de viabilidade preliminares e ensaios tecnológicos necessários para embasamento das soluções constantes no anteprojeto ou projeto;
- IX. elaborar os anteprojetos, os projetos técnicos ou termos de referência relacionados ao objeto pactuado e apresentar toda documentação jurídica, técnica e institucional necessária à celebração e à eficácia do Termo de Compromisso, de acordo com os normativos do programa;
- X. apresentar documentos de titularidade dominial da área de intervenção, licenças e aprovações de projetos emitidos pelo órgão ambiental competente ou entidade da esfera municipal, estadual, distrital ou federal, bem como concessionárias de serviços públicos, conforme o caso, nos termos da legislação aplicável;
- XI. apresentar à **MANDATÁRIA** declaração de capacidade técnica, indicando o servidor ou servidores que acompanharão a obra ou serviço de engenharia;
- XII. garantir a existência de área gestora dos recursos recebidos por transferência voluntária da União, com atribuições definidas para gestão, celebração, execução e prestação de contas, com lotação de, no mínimo, um servidor ou empregado público efetivo, em cumprimento ao Acórdão nº 1.905, de 2017, do Plenário do Tribunal de Contas da União;
- XIII. assegurar, na sua integralidade, a qualidade técnica dos anteprojetos ou projetos e da execução dos produtos e serviços contratados, em conformidade com as normas brasileiras e os normativos dos programas, ações e atividades, determinando a correção de vícios detectados que possam comprometer a fruição do objeto, inclusive se detectados pela **MANDATÁRIA**, pelo **REPASSADOR** ou pelos órgãos de controle;
- XIV. garantir a existência de infraestrutura, utilidades, pessoal e licenças necessários à instalação e disponibilização dos equipamentos adquiridos;
- XV. selecionar as áreas de intervenção e os beneficiários finais em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Gestor do Programa, podendo estabelecer outras que busquem refletir situações de vulnerabilidade econômica e social, informando à **MANDATÁRIA** e ao **REPASSADOR** sempre que houver alterações;
- XVI. realizar o procedimento de compras e contratações, sob sua competência e responsabilidade, observada a legislação vigente e assegurando:
- a) a disponibilização da contrapartida, quando for o caso;
 - b) a correção dos procedimentos legais;
 - c) a suficiência do anteprojeto, do projeto básico ou do termo de referência;
 - d) a suficiência da planilha orçamentária discriminativa do percentual de Encargos Sociais Bonificação e Despesas Indiretas (BDI) utilizados, cada qual

com o respectivo detalhamento de sua composição, por item de orçamento ou conjunto deles; e

- e) a utilização do Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, conforme previsto na Lei nº 14.133, de 2021.

- XVII. apresentar declaração expressa firmada por representante legal do **RECEBEDOR** e/ou **UNIDADE EXECUTORA**, ou registro no **Transferegov.br** que a substitua, atestando o atendimento das disposições legais aplicáveis ao procedimento de compras e contratações, observado o disposto no inciso IV, do art. 62 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023;
- XVIII. exercer a gestão e fiscalização sobre o CTEF – Contrato de Execução e Fornecimento de Obras ou Serviços ou Equipamentos;
- XIX. realizar visitas regulares nos empreendimentos, e apresentar os relatórios referentes às visitas realizadas quando solicitado;
- XX. estimular a participação dos beneficiários finais na elaboração e implementação do objeto do Termo de Compromisso, bem como na manutenção do patrimônio gerado por estes investimentos;
- XXI. no caso de Municípios e Distrito Federal, notificar os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede no município ou Distrito Federal, em conformidade com a Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, facultada a notificação por meio eletrônico;
- XXII. operar, manter e conservar adequadamente o patrimônio público gerado pelos investimentos decorrentes do Termo de Compromisso, após sua execução, de forma a possibilitar a sua funcionalidade;
- XXIII. prestar contas dos recursos transferidos pelo **REPASSADOR** destinados à consecução do objeto no prazo fixado no Termo de Compromisso;
- XXIV. fornecer à **MANDATÁRIA** e ao **REPASSADOR**:
- a) Bimestralmente, **relatório com as informações necessárias** ao acompanhamento e avaliação do processo, observando o modelo de relatório disponibilizado pelo **REPASSADOR** ou pela **MANDATÁRIA**; ou
 - b) **A qualquer tempo, quando solicitado pelo REPASSADOR OU MANDATÁRIA**, fornecer informações sobre as ações desenvolvidas e/ou específicas para atender à demanda superveniente;
- XXV. prever no edital de licitação e no CTEF que a responsabilidade pela qualidade das obras, materiais e serviços executados ou fornecidos é da empresa contratada para esta finalidade, inclusive a promoção de readequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto pactuado;
- XXVI. prever no edital de licitação a exigência de aquisição de produtos manufaturados nacionais e serviços nacionais para setores específicos definidos em ato do Poder Executivo Federal, quando aplicável, observadas as disposições do art. 3º-A da Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007, e do Decreto nº 11.889, de 22 de janeiro de 2024;
- XXVII. realizar tempestivamente no **Transferegov.br** os atos e os procedimentos relativos à formalização, execução, licitação, acompanhamento, prestação de contas e informações acerca de tomada de contas especial do Termo de Compromisso e

registrar no **Transferegov.br** os atos que por sua natureza não possam ser realizados nesse Sistema, mantendo-os atualizados;

- XXVIII. instaurar processo administrativo apuratório, inclusive processo administrativo disciplinar, quando constatado o desvio ou malversação de recursos públicos, irregularidade na execução do CTEF ou gestão financeira do Termo de Compromisso, comunicando tal fato à **MANDATÁRIA** e ao **REPASSADOR**;
- XXIX. registrar no **Transferegov.br** o extrato do edital de licitação, o preço estimado pela Administração para a execução do serviço e a proposta de preço total ofertada por cada licitante com o seu respectivo CNPJ, a publicação do termo de homologação e adjudicação, o extrato do CTEF e seus respectivos aditivos, a ART, RRT ou, quando aplicável, TRT dos anteprojetos, dos projetos, dos executores e da fiscalização de obras, as ordens de serviço ou autorizações de fornecimento e os atestes dos boletins de medições;
- XXX. indicar o sistema Fala.BR como canal de comunicação efetivo, ao qual se dará ampla publicidade, para o recebimento pela União de manifestações dos cidadãos relacionados ao instrumento, possibilitando o registro de sugestões, elogios, solicitações, reclamações e denúncias;
- XXXI. afixar em local visível placa de obra elaborada conforme Manual de Uso da Marca do Governo Federal – Obras, mantendo-a atualizada e em bom estado de conservação durante todo o prazo de execução das obras;
- XXXII. incluir, nas placas e adesivos indicativos das obras, o QR Code do aplicativo para o cidadão, disponibilizado pelo **Transferegov.br**, bem como informações sobre canal para o registro de denúncias, reclamações e elogios, conforme previsto no Manual de Uso da Marca do Governo Federal – Obras, quando o objeto do instrumento se referir à execução de obras e serviços de engenharia;
- XXXIII. dar ciência aos órgãos de controle ao tomar conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, e, havendo fundada suspeita de crime ou de improbidade administrativa, cientificar a Advocacia-Geral da União, o Ministério Público Federal e o respectivo Ministério Público Estadual;
- XXXIV. obedecer às regras e diretrizes de acessibilidade na execução do objeto dos instrumentos, em conformidade com as leis, normativos e orientações técnicas que tratam da matéria;
- XXXV. compatibilizar o objeto do Termo de Compromisso com normas e procedimentos de preservação ambiental municipal, estadual ou federal, conforme o caso;
- XXXVI. cumprir as normas do Decreto nº 7.983, de 2013, nas licitações realizadas por estados, Distrito Federal e municípios, voltadas à execução de obras ou serviços de engenharia, bem como apresentar à **MANDATÁRIA** declaração firmada pelo representante legal do **RECEBEDOR** e/ou **UNIDADE EXECUTORA** acerca do atendimento ao disposto no referido Decreto;
- XXXVII. iniciar o procedimento licitatório em até 60 (sessenta) dias, podendo ser prorrogado, desde que motivado pelo **RECEBEDOR** e aceito pela **MANDATÁRIA**, contados:
- a) da data de assinatura do presente instrumento, caso não possua cláusula suspensiva; ou

- b) do aceite do termo de referência ou da emissão do Laudo de Análise Técnica, caso o presente instrumento possua cláusula suspensiva.

XXXVIII. apresentar declaração expressa ou fornecer declaração emitida pela empresa vencedora da licitação, atestando que esta não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, sendo de sua inteira responsabilidade a fiscalização dessa obrigação;

XXXIX. registrar no **Transferegov.br** as atas e as informações sobre os participantes e respectivas propostas das licitações, bem como as informações referentes às dispensas e inexigibilidades juntamente com os pareceres técnico e jurídico que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos na legislação pertinente;

XL. inserir cláusula nos CTEFs destinados à execução do instrumento, para que a empresa contratada:

- a) permita o livre acesso dos servidores do **REPASSADOR** e dos órgãos de controle interno e externo da União, bem como dos funcionários da **MANDATÁRIA**, aos documentos e registros contábeis das empresas contratadas;
- b) insira as informações e os documentos relativos à execução da obra ou serviço de engenharia no **Transferegov.br**; e
- c) disponibilize, imagens de satélite, fotos georreferenciadas obtidas pelos aplicativos, mapas, aerolevantamentos com drones ou outros meios tecnológicos disponíveis, quando solicitado pela **MANDATÁRIA** ou **REPASSADOR** para atendimento à demanda de informação superveniente.

XLI. atestar, por meio do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), a regularidade das empresas e/ou profissionais participantes do processo de licitação, em especial ao impedimento daquelas em contratar com o Poder Público, em atendimento ao disposto na Portaria CGU nº 516, de 15 de março de 2010;

XLII. consultar no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF a regularidade das empresas e/ou profissionais participantes do processo de licitação, em especial ao impedimento daquelas em contratar com o Poder Público, sendo vedada a participação na licitação ou contratação de empresa que consta como impedida ou suspensa;

XLIII. consultar no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis a regularidade das empresas e/ou profissionais participantes do processo de licitação, no que tange a registro de ato de improbidade administrativa e inelegibilidade supervisionado pelo Conselho Nacional de Justiça;

XLIV. apresentar à **MANDATÁRIA** relatório de execução do empreendimento contendo informações sobre a execução físico-financeira do Termo de Compromisso, bem como da utilização da contrapartida, conforme o art. 32 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023 e suas alterações, ou normas complementares que venham a disciplinar as transferências de recursos regidas pelo Decreto nº 11.855, de 2023;

XLV. verificar, a cada pagamento de medição, a devida regularidade dos contratos de trabalho pelas empresas que prestam serviços, por meio de CTEF, através da exigência da apresentação das Guias de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social (GFIP), relativas aos trabalhadores que prestaram serviços no período, no caso de contratação de obras de engenharia;

- XLVI. responsabilizar-se pela conclusão do empreendimento quando o objeto do Termo de Compromisso prever apenas sua execução parcial e for etapa de empreendimento maior, a fim de assegurar sua funcionalidade;
- XLVII. divulgar, em qualquer ação promocional relacionada ao objeto e/ou objetivo do Termo de Compromisso, o nome e a logomarca do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, a origem do recurso, o valor do repasse e o nome da **MANDATÁRIA**, do **REPASSADOR** e do Gestor do Programa, como entes participantes;
- XLVIII. O **RECEBEDOR** e/ou **UNIDADE EXECUTORA** deverá comunicar expressamente à **MANDATÁRIA**:
- a) a data prevista para inauguração quando a execução atingir 80%; e
 - b) no prazo máximo de **30 (trinta) dias** após a medição final realizada pela **MANDATÁRIA**, a confirmação da data e local onde ocorrerá a ação promocional, inclusive entregas e/ou inaugurações e/ou solenidades;
- XLIX. comprometer-se a utilizar a assinatura do Gestor do Programa acompanhada da marca do Governo Federal nas publicações decorrentes do Termo de Compromisso, observadas as limitações impostas pela Lei Eleitoral nº 9.504, de 30 de setembro de 1997;
- L. responder solidariamente, os entes consorciados, no caso da execução do objeto contratual por consórcios públicos;
- LI. aplicar, no **Transferegov.br**, os recursos creditados na conta vinculada ao Termo de Compromisso em caderneta de poupança, fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, e realizar os pagamentos de despesas do Termo de Compromisso também por intermédio do **Transferegov.br**, observadas as disposições contidas na Cláusula Sétima deste Instrumento;
- LII. estar ciente de que a **MANDATÁRIA** está autorizada a efetuar o resgate dos saldos remanescentes da conta vinculada ao instrumento, nos casos em que não houver a devolução dos recursos no prazo previsto;
- LIII. estar ciente sobre a não sujeição ao sigilo bancário, quanto a União e respectivos órgãos de controle, por se tratar de recurso público;
- LIV. dar ciência da celebração do Termo de Compromisso ao conselho local ou instância de controle social da área vinculada ao programa de governo que originou a transferência, quando houver;
- LV. divulgar em sítio eletrônico institucional as informações referentes a valores devolvidos, bem como a causa da devolução, nos casos de não execução total do objeto pactuado, extinção ou rescisão do instrumento;
- LVI. disponibilizar, em seu sítio oficial na internet, ou, na sua falta, em sua sede, em local de fácil visibilidade, consulta ao extrato do instrumento, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade, os valores e as datas de liberação e o detalhamento da aplicação dos recursos, bem como as contratações realizadas para a execução do objeto pactuado, devendo os instrumentos serem separados por ano de celebração, classificados do maior valor para o menor, podendo a disponibilização do extrato na internet ser suprida com a inserção de link na página oficial do **RECEBEDOR** e/ou **UNIDADE EXECUTORA** que possibilite acesso direto ao **Transferegov.br**;

- LVII. indicar a obrigatoriedade de contabilização e guarda dos bens remanescentes e manifestar compromisso de utilização dos bens para assegurar a continuidade da política pública, estando claras as regras e diretrizes de utilização;
- LVIII. responder, na figura de seus titulares, na medida de seus atos, competências e atribuições o **RECEBEDOR** e solidariamente, quando for o caso, a UNIDADE EXECUTORA, por desvio ou malversação de recursos públicos, irregularidade na execução ou gestão financeira do termo de compromisso;
- LIX. apresentar, via **Transferegov.br**, o Plano de Sustentabilidade do empreendimento ou equipamento a ser adquirido e comunicar ao respectivo Poder Legislativo o compromisso assumido, sendo permitida, exclusivamente para obras e serviços de engenharia com valores de repasse de até R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), a substituição do Plano de Sustentabilidade por declaração do representante legal do RECEBEDOR;
- LX. observar as condições para reprogramação estabelecidas na Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023, ou normas complementares que venham a disciplinar as transferências de recursos regidas pelo Decreto nº 11.855, de 2023, e IN MPDG nº 02, 2018 e suas alterações;
- LXI. providenciar a instalação de placa de inauguração e ou de conclusão das obras, garantindo sua conformidade com o Manual Visual de Placas e Adesivos de Obras, regulamentado e disponibilizado pelo Governo Federal.
- LXII. manter e movimentar os recursos na conta bancária específica do instrumento em instituição financeira oficial;
- LXIII. incluir regularmente no **Transferegov.br** as informações e os documentos exigidos nas diretrizes programáticas e na Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023 e suas alterações, ou normas complementares que venham a disciplinar as transferências de recursos regidas pelo Decreto nº 11.855, de 2023, mantendo-o atualizado;
- LXIV. atender ao disposto nas diretrizes programáticas, normas e regramentos da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023 e suas alterações, ou normas complementares que venham a disciplinar as transferências de recursos regidas pelo Decreto nº 11.855, de 2023, independentemente de formalização de Termo Aditivo ao presente instrumento.
- LXV. e que está ciente de que não poderá realizar alteração.

5. DA PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS

5.1. Para fins de execução deste Termo de Compromisso, as PARTES obrigam-se a cumprir e manterem-se de acordo com as disposições e os princípios da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, especialmente no que se refere à legalidade no tratamento dos dados pessoais a que tiverem acesso em razão deste instrumento.

5.2. Caso uma das PARTES seja destinatária de ordem judicial ou notificação/requisição de qualquer órgão, agência, autoridade ou outra entidade oficial, relativa ao tratamento de dados pessoais que tenham sido compartilhados em

decorrência do presente instrumento, a Parte notificada deverá, imediatamente, comunicar a outra PARTE.

5.3. Em observância aos preceitos da Lei 13.709, de 2018 (LGPD), os signatários autorizam a divulgação de seus dados pessoais constantes neste instrumento para fins de publicidade e transparência.

6. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS (DO VALOR)

6.1. DO ORÇAMENTO

6.1.1. As despesas com a execução do objeto do presente Termo de Compromisso correrão à conta de recursos alocados nos respectivos orçamentos dos repassadores.

6.1.2. A emissão do empenho plurianual, quando for o caso, ocorrerá de acordo com determinação específica do Gestor do Programa, com incorporação ao presente Termo de Compromisso mediante Apostilamento.

6.1.3. No caso de perda da validade dos empenhos por motivo de cancelamento de Restos a Pagar, o quantitativo físico-financeiro poderá ser reduzido, desde que não prejudique a fruição ou funcionalidade do objeto pactuado.

6.2. DO REPASSADOR

6.2.1. O **REPASSADOR** transferirá ao **RECEBEDOR** e/ou UNIDADE EXECUTORA, o valor de R\$ 5.314.128,09 (cinco milhões trezentos e quatorze mil cento e vinte e oito reais e nove centavos) de acordo com o cronograma de desembolso constante do Plano de Trabalho.

6.2.2. Os recursos transferidos pelo **REPASSADOR** e os recursos do **RECEBEDOR** destinados ao presente Termo de Compromisso, figurarão no Orçamento do **RECEBEDOR**, obedecendo ao desdobramento por fontes de recursos e elementos de despesa.

6.2.3. Quando o valor global inicialmente pactuado se demonstrar insuficiente para a execução do objeto, em função da atualização de preços praticados no mercado, poderão ser:

- a) utilizados saldos de recursos ou rendimentos de aplicação no mercado financeiro;
- b) aportados novos recursos do **RECEBEDOR**; ou
- c) reduzidas as metas e etapas, desde que a redução não comprometa a fruição ou funcionalidade do objeto pactuado.

6.2.4. Toda a movimentação financeira deve ser efetuada, obrigatoriamente, na conta vinculada a este Termo de Compromisso, em agência da CAIXA, isenta de cobrança de tarifas bancárias.

6.3. DA CONTRAPARTIDA

6.3.1. DA CONTRAPARTIDA FINANCEIRA

6.3.1.1. O **RECEBEDOR** deverá aportar na conta específica do instrumento, a contrapartida financeira, no valor de R\$ 53.678,06 (cinquenta e três mil seiscentos e setenta e oito reais e seis centavos) em conformidade com o cronograma de desembolso.

6.3.1.2. O **RECEBEDOR** deverá comprovar, previamente à celebração do instrumento e por meio da previsão orçamentária, que a contrapartida proposta está devidamente assegurada.

6.3.1.3. As receitas oriundas dos rendimentos de aplicação financeira dos recursos **não poderão ser computadas** como contrapartida do **RECEBEDOR**.

7. DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

7.1. A liberação dos recursos financeiros obedecerá ao cronograma de desembolso previsto no Plano de Trabalho, respeitando a disponibilidade financeira do Gestor do Programa e atendidas as exigências cadastrais vigentes.

7.2. A liberação de recursos deverá ocorrer da seguinte forma:

I. Para instrumentos que:

- a) Sejam destinados à execução de obras e serviços de engenharia, com valores de repasse de até R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), e para execução de objetos que não envolvam obras e serviços de engenharia, independente de valor, preferencialmente em parcela única; e
- b) Sejam destinados a execução de obras e serviços de engenharia, com valores de repasse acima de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), em, no mínimo, 3 (três) parcelas.

II. A liberação da primeira parcela ou parcela única prevista no cronograma de desembolso ficará condicionada à verificação e aceite da realização do processo licitatório pela **MANDATÁRIA**, exceto nas hipóteses de haver a liberação de recursos para:

- a) elaboração e adequação de:
 - a.1) estudos de viabilidade técnica, econômica ou ambiental; e
 - a.2) anteprojetos, projetos básicos ou executivos;
- b) custeio das despesas necessárias à obtenção do licenciamento ambiental; e
- c) aquisição ou desapropriação de imóvel.

III. A liberação da segunda parcela e demais subsequentes estará condicionada à execução de, no mínimo, 70% (setenta por cento) das parcelas liberadas anteriormente.

7.3. A exigência de execução de 70% (setenta por cento) das parcelas anteriores, para liberação de recursos de parcelas subsequentes, poderá ser excepcionalizada, desde que em benefício da execução do objeto, quando justificada expressamente pelo **RECEBEDOR** e aceita pela **MANDATÁRIA** ou pelo **REPASSADOR**.

7.4. O cronograma de desembolso previsto no plano de trabalho deverá estar em consonância com as metas e fases ou etapas de execução do objeto do instrumento.

7.5. Quando necessário, o cronograma de desembolso deverá ser ajustado pelo **RECEBEDOR** ou pela **MANDATÁRIA**, após à verificação da realização do processo licitatório ou da cotação prévia.

8. DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

8.1. Os recursos somente poderão ser utilizados para pagamento de despesas constantes do Plano de Trabalho ou para aplicação no mercado financeiro, nas hipóteses previstas em lei ou na Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023 e suas alterações, ou normas complementares que venham a disciplinar as transferências de recursos regidas pelo Decreto nº 11.855, de 2023, vedada sua utilização em finalidade diversa da pactuada neste Instrumento.

8.2. A programação e a execução financeira deverão ser realizadas em separado, de acordo com a natureza e a fonte de recursos, se for o caso.

8.3. Antes da realização de cada pagamento, o **RECEBEDOR e/ou UNIDADE EXECUTORA** incluirá no **Transferegov.br** no mínimo, as seguintes informações:

- a) A destinação do recurso;
- b) O nome e CNPJ ou CPF do fornecedor, quando for o caso;
- c) O contrato a que se refere o pagamento realizado;
- d) A meta, etapa ou fase do Plano de Trabalho relativa ao pagamento; e
- e) Informações das notas fiscais ou documentos contábeis.

8.4. Os pagamentos devem ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços.

8.5. Desde que, justificado pelo **RECEBEDOR**, autorizado pelo **REPASSADOR** ou pela **MANDATÁRIA** e registrado no **Transferegov.br** o beneficiário final da despesa, o crédito poderá ser realizado em conta corrente de titularidade do próprio **RECEBEDOR** ou da **UNIDADE EXECUTORA**, nas hipóteses de:

- a) Questões operacionais que impeçam o pagamento por meio do **Transferegov.br**, excetuando-se falhas de planejamento;
- b) Ressarcimento ao **RECEBEDOR e/ou UNIDADE EXECUTORA** por pagamentos realizados às próprias custas decorrentes de atrasos na liberação de recursos pelo Gestor do Programa e em valores além da contrapartida pactuada, desde que tenha havido a emissão da Autorização de Início de Obra – AIO.

8.6. Excepcionalmente, mediante mecanismo que permita a identificação pela instituição financeira depositária, poderá ser realizado pagamento à pessoa física que não possua conta bancária, restrito ao limite individual de R\$ 1.800,00 (mil e oitocentos reais) por beneficiário, levando-se em conta toda a duração do instrumento.

8.7. Os recursos transferidos, enquanto não utilizados, serão aplicados em caderneta de poupança, fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado

aberto lastreada em títulos da dívida pública, enquanto não empregados na sua finalidade.

8.8. Todos os rendimentos provenientes da aplicação dos recursos das contas vinculadas devem ser devolvidos à conta única do Tesouro ao final da execução do objeto do termo de compromisso, devendo constar de demonstrativo específico que integrará a prestação de contas.

8.9. Na ocorrência de perdas financeiras decorrentes da aplicação dos recursos, que comprometam a execução do objeto contratual, fica o **RECEBEDOR** obrigado ao aporte adicional de contrapartida.

8.10. É permitida a utilização dos rendimentos de aplicação financeira para:

- I. custear valores decorrentes de atualizações de preços, quando o valor global inicialmente pactuado se demonstrar insuficiente;
- II. ampliação de metas e etapas, desde que justificado pelo **RECEBEDOR** e autorizado pelo **REPASSADOR** ou pela **MANDATÁRIA**;
- III. reconstrução de obras, relacionadas ao objeto pactuado, danificadas em decorrência de calamidade pública reconhecida pelo Congresso Nacional, no caso da União, ou pelas Assembleias Legislativas, Câmara Legislativa ou Câmaras Municipais, na hipótese dos estados, Distrito Federal e municípios, respectivamente;
- IV. atualização de preços decorrentes de atualização de data-base, de reajustamento de preços conforme índice previsto no CTEF ou de termo aditivo para o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do CTEF.

9. DA EXECUÇÃO

9.1. Os pagamentos realizados pelo **RECEBEDOR** ou **UNIDADE EXECUTORA**, relativos às despesas de obras executadas com recursos dos instrumentos **estão condicionados a:**

- a) Inserção do boletim de medição, no **Transferegov.br**, pela empresa contratada para execução do objeto;
- b) Ateste do boletim de medição pelo fiscal do **RECEBEDOR** OU **UNIDADE EXECUTORA**;
- c) Vistorias intermediárias *in loco*, realizadas pela **MANDATÁRIA**, exclusivamente para os pagamentos correspondentes aos percentuais de execução verificados nos marcos abaixo, em consonância com o artigo 86 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, 2023, ou normas complementares que venham a disciplinar as transferências de recursos regidas pelo Decreto nº 11.855, de 2023:
 - I. 2 (duas) vistorias *in loco*, nos instrumentos de nos instrumentos que contemplem execução de obras e serviços de engenharia com valores de repasse superiores a R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) e inferiores ou iguais a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais);
 - II. no mínimo 4 (quatro) vistorias *in loco*, nos instrumentos que contemplem a execução de obras e serviços de engenharia com valores de repasse

- superiores a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) e inferiores ou iguais a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais);
- III. no mínimo 7 (sete) vistorias *in loco*, nos instrumentos que contemplem execução de obras e serviços de engenharia com valores de repasse superiores a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) e inferiores ou iguais a R\$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de reais); e
 - IV. no mínimo 11 (onze) vistorias *in loco*, nos instrumentos que contemplem execução de obras e serviços de engenharia com valores de repasse superiores a R\$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de reais).

9.2. A vistoria final *in loco*, realizada pela **MANDATÁRIA**, exclusivamente quando se referir ao pagamento da última medição.

9.3. Existência de placa de inauguração das obras, para o pagamento da última medição em conformidade com o Manual Visual de Placas e Adesivos de Obras, regulamentado e disponibilizado pelo Governo Federal.

9.4. O **RECEBEDOR** deverá verificar se os materiais aplicados e os serviços realizados atendem aos requisitos de qualidade estabelecidos pelas especificações técnicas dos anteprojetos e dos projetos de engenharia aceitos.

9.5. A execução física será aferida conforme regramento disposto no art. 86 Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023 e suas alterações, ou normas complementares que venham a disciplinar as transferências de recursos regidas pelo Decreto nº 11.855, de 2023.

9.6. Cabe ao representante legal do **RECEBEDOR** dar continuidade à execução dos Instrumentos de Repasse firmados pelos seus antecessores.

9.7. A utilização de recursos do Termo de Compromisso para pagamento da remuneração variável, conforme previsto na Lei das Estatais (Lei nº 13.303, de 2016) e na Lei nº 14.133, de 2021, é permitida somente nos casos em que os preços dos itens da Planilha Orçamentária do CTEF, aceita na VRPL – Verificação da Realização do Processo Licitatório, correspondam aos limites máximos, incluindo a remuneração variável.

9.8. Em casos devidamente justificados pelo **RECEBEDOR** e aceitos pela **MANDATÁRIA** (ou REPASSADOR), poderão ser aceitos, nos termos do art. 14 do Decreto nº 11.855, de 2023, adesão à ata de registro de preços, licitação realizada ou contrato celebrado antes da assinatura do Termo de Compromisso, conforme regulamento, desde que:

- I. estejam vigentes;
- II. o seu aproveitamento seja economicamente mais vantajoso para a administração, se comparado com a realização de uma nova licitação;
- III. não haja decisão judicial ou de órgão de controle acerca de descumprimento de regras estabelecidas na legislação específica;
- IV. os valores estejam compatíveis com o disposto no Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013, e no art. 23 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, ou sejam repactuados; e
- V. o seu objeto seja compatível com o objeto do presente Termo de Compromisso.

10. DA AUTORIZAÇÃO DA OBRA

10.1. O **RECEBEDOR** e/ou **UNIDADE EXECUTORA**, por meio deste Instrumento, se compromete a iniciar a execução física de obras e serviços de engenharia somente após a emissão da Autorização de Início de Obra – AIO no **Transferegov.br**.

10.2. A data da primeira ordem de serviço – OS registrada no **Transferegov.br**, pelo **RECEBEDOR** ou **UNIDADE EXECUTORA**, caracterizará o início da execução física da obra ou serviço de engenharia.

10.3. Caso a contratação seja efetuada no período pré-eleitoral, o **RECEBEDOR** e/ou **UNIDADE EXECUTORA** declara estar ciente de que a autorização de início de objeto e a liberação dos recursos somente ocorrerá após finalizado o processo eleitoral a se realizar no mês de outubro, considerada, inclusive, a eventual ocorrência de segundo turno, em atendimento ao artigo 73, inciso VI, alínea “a” da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.

11. DA ALTERAÇÃO DO TERMO DE COMPROMISSO

11.1. O termo de compromisso poderá ser alterado mediante proposta de quaisquer das PARTES, desde que mantenha adequação aos objetivos do programa e às deliberações do Gestor do Programa.

11.2. A alteração contratual referente ao valor do Termo de Compromisso será feita por meio de Termo Aditivo, ficando a majoração dos recursos de repasse sob decisão unilateral exclusiva do órgão responsável pela concepção da política pública em execução.

11.3. Nos casos em que é admitida a redução ou exclusão de meta ou etapa, é necessária a solicitação justificada do **RECEBEDOR** e o atendimento das condições abaixo:

- a) não represente prejuízo à funcionalidade do objeto pactuado;
- b) haja a redução da participação financeira do valor de repasse proporcional à redução de metas e etapas, com a devolução dos recursos liberados relativos às etapas e às metas reduzidas, inclusive aqueles provenientes de sua aplicação financeira;
- c) o **RECEBEDOR** formalize compromisso de arcar com as despesas necessárias à imediata operacionalização do objeto, quando couber;
- d) o novo Plano de Trabalho seja aprovado pela **MANDATÁRIA** ou **REPASSADOR** contemplando os ajustes propostos.

12. DO ACOMPANHAMENTO/MONITORAMENTO

12.1. A execução do objeto será acompanhada e fiscalizada de forma a garantir a regularidade dos atos praticados e a sua plena execução, respondendo o **RECEBEDOR** e/ou **UNIDADE EXECUTORA** pelos danos causados a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do instrumento, não cabendo a responsabilização da **MANDATÁRIA** ou do **REPASSADOR** por inconformidades ou irregularidades praticadas pelo **RECEBEDOR** e/ou **UNIDADE EXECUTORA**, salvo nos casos em que as falhas decorrerem de omissão de responsabilidade atribuída à **MANDATÁRIA** ou ao **REPASSADOR**.

12.2. No acompanhamento da execução do objeto serão verificados:

- I. A comprovação da boa e regular aplicação dos recursos, na forma da legislação aplicável;
- II. A compatibilidade entre a execução do objeto, o que foi estabelecido no plano de trabalho, os desembolsos e pagamentos, conforme os cronogramas apresentados;
- III. A regularidade das informações registradas pelo **RECEBEDOR** no **Transferegov.br**;
- IV. O cumprimento das metas do plano de trabalho nas condições estabelecidas;
- V. A conformidade financeira.

12.3. A **MANDATÁRIA** comunicará ao **RECEBEDOR** e/ou **UNIDADE EXECUTORA** quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos ou outras pendências de ordem técnica apurados durante a execução do instrumento, procedendo o bloqueio de recursos, ficando estabelecido o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos, podendo ser prorrogado por igual período.

12.4. A **MANDATÁRIA** reportará decisão quanto à aceitação ou não das justificativas apresentadas e, se for o caso, realizará procedimento de apuração de dano ao erário, ensejando registro de inadimplência no **Transferegov.br** e imediata instauração de Tomada de Contas Especial.

12.5. O servidor indicado pelo **RECEBEDOR** responsável pelo acompanhamento e fiscalização da obra deverá assinar e carregar no **Transferegov.br** o relatório de fiscalização referente a cada medição.

12.6. A aferição da execução do objeto, suas metas e fases ou etapas será realizada por meio da verificação da compatibilidade entre o efetivamente executado e o pactuado no Plano de Trabalho.

13. DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

13.1. A Prestação de Contas referente aos recursos financeiros deverá ser apresentada à **MANDATÁRIA** em até 60 dias após o término da vigência contratual ou conclusão da execução do objeto, o que ocorrer primeiro; da denúncia ou da rescisão.

13.2. Quando a prestação de contas não for encaminhada no prazo fixado, a **MANDATÁRIA** estabelecerá o prazo máximo de 45 dias para sua apresentação, ou

recolhimento dos recursos, incluídos os rendimentos da aplicação no mercado financeiro, atualizados pela taxa SELIC.

13.3. Caso o **RECEBEDOR** e/ou **UNIDADE EXECUTORA** não apresente a prestação de contas nem devolva os recursos nos termos do item anterior, ao término do prazo estabelecido, a **MANDATÁRIA** registrará a inadimplência no **Transferegov.br** por omissão do dever de prestar contas e comunicará o fato ao órgão de contabilidade analítica, para fins de instauração de Tomada de Contas Especial sob aquele argumento e adoção de outras medidas para reparação do dano ao erário, sob pena de responsabilização solidária.

13.4. Cabe ao representante legal do **RECEBEDOR** prestar contas dos recursos provenientes dos Instrumentos de repasse firmados pelos seus antecessores.

13.5. Na impossibilidade de atender ao disposto no item 12.4, o **RECEBEDOR** deve apresentar à **MANDATÁRIA** e inserir no **Transferegov.br** documento com justificativas que demonstrem o impedimento e as medidas adotadas para o resguardo do patrimônio público.

13.6. Quando a impossibilidade de prestar contas decorrer de ação ou omissão do antecessor, o novo administrador solicitará a instauração de Tomada de Contas Especial.

13.7. Os casos fortuitos ou de força maior que impeçam o **RECEBEDOR** e/ou **UNIDADE EXECUTORA** de prestar contas dos recursos recebidos e aplicados ensejarão o envio de documentos e justificativas à **MANDATÁRIA**, para análise e manifestação do **REPASSADOR**.

13.8. O **RECEBEDOR** deverá manter os documentos relacionados ao Termo de Compromisso pelo prazo de 5(cinco) anos, contados da data de aprovação, pela **MANDATÁRIA**, da prestação de contas final.

14. DA RESTITUIÇÃO DE RECURSOS

14.1. Eventuais saldos financeiros verificados quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do Termo de Compromisso, inclusive os provenientes das receitas auferidas em aplicações financeiras, deverão ser restituídos integralmente à **UNIÃO**, no prazo improrrogável de 30 dias do evento, na forma indicada pela **MANDATÁRIA** na época da restituição, sob pena da imediata instauração de Tomada de Contas Especial do responsável.

14.2. Nos casos de descumprimento do prazo previsto no item 14.1, a **MANDATÁRIA** solicitará à instituição financeira albergante da conta vinculada a devolução imediata dos saldos remanescentes à conta única do Tesouro Nacional.

14.3. Deverão ser restituídos, ainda, os valores transferidos acrescidos de juros legais e atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável, nos seguintes casos:

- a) Quando não houver qualquer execução física referente ao objeto pactuado neste Instrumento nem utilização de recursos;

- b) Quando for executado parcialmente o objeto pactuado neste Instrumento;
- c) Quando não for apresentada, no prazo regulamentar, a respectiva prestação de contas parcial ou final;
- d) Quando os recursos forem utilizados em desconformidade com o pactuado neste Instrumento;
- e) Quando houver utilização dos valores resultantes de aplicações financeiras em desacordo com o estabelecido no item 8.9;
- f) Quando houver impugnação de despesas, se realizadas em desacordo com as disposições do instrumento celebrado.

14.4. Os recursos que permanecerem na conta vinculada, sem terem sido utilizados pelo **RECEBEDOR** e/ou **UNIDADE EXECUTORA**, serão devolvidos acrescidos do resultado da aplicação financeira, no prazo de até 30 (trinta) dias do vencimento da vigência do Termo de Compromisso, da conclusão, distrato, extinção ou rescisão contratual, sob pena da imediata instauração de TCE.

14.5. Nos casos de **conclusão, distrato, extinção ou rescisão contratual** em que o objeto for executado parcialmente, o **RECEBEDOR** deve devolver os recursos utilizados na parte que não possua funcionalidade, devidamente atualizados, conforme exigido para a quitação de débitos para com a Fazenda Nacional, com base na variação da Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao da devolução dos recursos, acrescido esse montante de 1% (um por cento) no mês de efetivação da devolução dos recursos à conta única do Tesouro.

14.6. Para aplicação do item 14.5., a funcionalidade da parte executada será verificada pela **MANDATÁRIA**.

14.7. Vencidos os prazos de devolução descritos no item 14.4., os valores devem ser devolvidos devidamente atualizados, conforme exigido para a quitação de débitos para com a Fazenda Nacional, com base na variação da Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao da devolução de recursos, acrescido a esse montante de 1% no mês de efetivação da devolução de recursos à conta única do Tesouro.

14.8. Na hipótese prevista no item 14.3, alínea “c”, os recursos devem ser devolvidos incluindo os rendimentos da aplicação no mercado financeiro, atualizados pela Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC.

14.9. Para fins de efetivação da devolução dos recursos à União, a parcela de atualização referente à variação da SELIC será calculada proporcionalmente à quantidade de dias compreendida entre a data de referência (conforme IN TCU nº 76/2016, art. 9º) e a data de efetivo crédito do montante devido na conta única do Tesouro.

15. DA TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

15.1. Nas hipóteses previstas nos arts. 104 e 105 da Portaria Conjunta MGI/MG/CGU nº 33, de 2023, será instaurada Tomada de Contas Especial (TCE), além da devolução dos recursos liberados devidamente atualizados, conforme exigido para a quitação de débitos

para com a Fazenda Nacional, com base na variação da Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao da devolução dos recursos, acrescido desse montante de 1% no mês de efetivação da devolução dos recursos à Conta Única do Tesouro Nacional.

16. DA AUDITORIA

16.1. Os **serviços de auditoria serão realizados** pelos órgãos de controle interno e externo da União, sem elidir a competência dos órgãos de controle interno e externo do **RECEBEDOR** e/ou UNIDADE EXECUTORA, em conformidade com o Capítulo VI do Decreto nº 93.872, de 1986.

16.2. Em sendo evidenciados pelos Órgãos de Controle ou Ministério Público vícios insanáveis que impliquem nulidade da licitação realizada, o **RECEBEDOR** deverá adotar as medidas administrativas necessárias à recomposição do erário no montante atualizado da parcela já aplicada, o que pode incluir a reversão da aprovação da prestação de contas e a instauração de Tomada de Contas Especial, independentemente da comunicação do fato ao Tribunal de Contas da União e ao Ministério Público.

17. DOS BENS REMANESCENTES

17.1. Os bens remanescentes decorrentes do Termo de Compromisso serão de propriedade do **RECEBEDOR** e/ou UNIDADE EXECUTORA, quando da sua extinção, desde que vinculados à finalidade a que se destinam.

18. DAS PRERROGATIVAS

18.1. **O Gestor do Programa** é a autoridade competente para coordenar e definir as diretrizes do Programa, cabendo à **MANDATÁRIA** o acompanhamento e avaliação das ações constantes no Plano de Trabalho.

18.2. Sempre que julgar conveniente, o **REPASSADOR/Gestor do Programa** poderá promover visitas *in loco* com o propósito do acompanhamento e avaliação dos resultados das atividades desenvolvidas em razão do Termo de Compromisso, observadas as normas legais e regulamentares pertinentes ao assunto.

18.3. É prerrogativa do **REPASSADOR/Gestor do Programa** e da **MANDATÁRIA**, promover a fiscalização físico-financeira das atividades referentes ao Termo de Compromisso, bem como, conservar, em qualquer hipótese, a faculdade de assumir ou transferir a responsabilidade da execução do objeto, no caso de sua paralisação ou de fato relevante que venha a ocorrer.

19. DAS VEDAÇÕES

19.1. Ao **RECEBEDOR** é vedado:

- I. realizar despesa em data anterior à vigência do instrumento;

- II. alterar o objeto do Termo de Compromisso, exceto para ampliação do objeto pactuado ou para redução ou exclusão de meta ou etapa, sem prejuízo da fruição ou funcionalidade do objeto, desde que as alterações tenham sido previamente aprovadas pela **MANDATÁRIA**;
- III. utilizar, ainda que em caráter emergencial, os recursos para finalidade diversa da estabelecida no instrumento;
- IV. reformular os projetos básicos das obras e serviços de engenharia previamente aceitos pela **MANDATÁRIA**, exceto para ampliação do objeto pactuado, redução ou exclusão de metas ou etapas, desde que não cause prejuízo da fruição ou funcionalidade do objeto, inclusive para os casos de contratação semi-integrada;
- V. realizar despesas com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos, exceto no que se refere às multas e aos juros, se decorrentes de atraso na transferência de recursos pelo Gestor e desde que os prazos para pagamento e os percentuais sejam os mesmos aplicados no mercado;
- VI. pagar, a qualquer título, empresas privadas que tenham em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública, ou de sociedade de economia mista, dos partícipes, por serviços prestados, inclusive consultoria, assistência técnica ou assemelhados;
- VII. efetuar pagamento em data posterior à vigência do instrumento, salvo se o fato gerador da despesa tenha ocorrido durante a vigência.
- VIII. realizar despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;
- IX. realizar despesas com publicidade, salvo a de caráter educativo, informativo ou de orientação social, da qual não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal e desde que previstas no plano de trabalho;
- X. pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público, integrante de quadro de pessoal do órgão ou entidade pública da Administração Direta ou Indireta, salvo nas hipóteses previstas em leis federais específicas e na Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- XI. realizar pagamentos de diárias e passagens a militares, servidores e empregados públicos da ativa, salvo nas hipóteses previstas em leis federais específicas e na Lei de Diretrizes Orçamentárias Federal;
- XII. transferir recursos para clubes, associações de servidores ou quaisquer entidades congêneres, exceto para creches e escolas para o atendimento pré-escolar, quando for o caso;
- XIII. computar receitas oriundas dos rendimentos de aplicações no mercado financeiro como contrapartida;
- XIV. alterar o valor da Contrapartida que resulte em valores inferiores ou superiores aos limites mínimos e máximos definidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- XV. adotar o regime de execução direta;
- XVI. celebrar parcerias com entidades impedidas de receber recursos federais.

20. DOS DOCUMENTOS E CONTABILIZAÇÕES

20.1. Obriga-se o **RECEBEDOR** e/ou **UNIDADE EXECUTORA** a registrar, em sua contabilidade analítica, em conta específica do grupo vinculado ao ativo financeiro, os recursos recebidos do **REPASSADOR**, tendo como contrapartida conta adequada no passivo financeiro, com subcontas identificando o Termo de Compromisso e a especificação da despesa.

20.2. As faturas, recibos, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas serão emitidos em nome do **RECEBEDOR** e/ou **UNIDADE EXECUTORA** e mantidos em arquivo, em ordem cronológica, no próprio local em que forem contabilizados, à disposição dos órgãos de controle interno e externo, pelo prazo fixado no Termo de Compromisso.

20.3. O **RECEBEDOR** e/ou **UNIDADE EXECUTORA** deverá disponibilizar cópias dos comprovantes de despesas ou de outros documentos à **MANDATÁRIA** sempre que solicitado.

21. DO RECOLHIMENTOS DAS TARIFAS EXTRAORDINÁRIAS

21.1. Haverá a cobrança de tarifa extraordinária do **RECEBEDOR** e/ou **UNIDADE EXECUTORA** nos seguintes casos em que esse(s) for(em) o(s) causador(es) da demanda:

Descrição	Custo Unitário – Obras e Serviço de Engenharia			
	VR inferior a R\$ 1.500.000	VR entre R\$ 1.500.000 e até R\$ 5.000.000	VR entre R\$ 5.000.000 e até R\$ 20.000.000	VR acima de R\$ 20.000.000
Reanálise do Plano de Trabalho	R\$ 1.400,00	R\$ 1.400,00	R\$ 1.400,00	R\$ 1.400,00
Verificação do Resultado do Processo Licitatório inapta ou repetida	R\$ 3.000,00	R\$ 9.200,00	R\$ 12.100,00	R\$ 33.500,00
Manutenção de Termo de Compromisso, cobrada mensalmente após 180 dias sem execução financeira	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00
Visita ou vistoria in loco em quantidade superior à prevista no art. 86 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023 e suas alterações	R\$ 4.500,00	R\$ 8.300,00	R\$ 13.000,00	R\$ 23.000,00
Reabertura de PCF ou TCE	R\$ 800,00	R\$ 4.000,00	R\$ 8.200,00	R\$ 17.100,00
Alteração de cronograma/eventograma	R\$ 1.700,00	R\$ 2.400,00	R\$ 3.000,00	R\$ 3.000,00
Atualização de orçamento	R\$ 2.400,00	R\$ 4.200,00	R\$ 7.000,00	R\$ 7.000,00
Exclusão de meta	R\$ 3.500,00	R\$ 5.500,00	R\$ 8.400,00	R\$ 8.400,00
Ajustes no anteprojeto ou projeto	R\$ 6.500,00	R\$ 6.500,00	R\$ 9.600,00	R\$ 9.600,00
Reprogramação de Remanescente de obra	R\$ 5.000,00	R\$ 7.500,00	R\$ 10.600,00	R\$ 10.600,00

Descrição	Custo Unitário – Obras e Serviço de Engenharia			
	VR inferior a R\$ 1.500.000	VR entre R\$ 1.500.000 e até R\$ 5.000.000	VR entre R\$ 5.000.000 e até R\$ 20.000.000	VR acima de R\$ 20.000.000
Inclusão de meta	R\$ 8.500,00	R\$ 8.500,00	R\$ 12.600,00	R\$ 12.600,00
Alteração de escopo	R\$ 9.000,00	R\$ 14.900,00	R\$ 25.700,00	R\$ 25.700,00

Descrição	Custo Unitário – Demais Objetos	
	Valor de Repasse inferior a R\$750.000,00	Valor de Repasse igual ou superior a R\$750.000,00
Reanálise do Plano de Trabalho	R\$ 1.400,00	R\$ 1.400,00
Verificação do Resultado do Processo Licitatório inapta ou repetida	R\$ 1.300,00	R\$ 4.000,00
Manutenção de Termo de Compromisso, cobrada mensalmente após 180 dias sem execução financeira	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00
Visita ou vistoria in loco em quantidade superior à prevista no Art. 86 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023 e suas alterações	R\$ 3.600,00	R\$ 3.600,00
Reabertura de PCF ou TCE	R\$ 900,00	R\$ 1.700,00
Alteração de cronograma/eventograma	R\$ 1.700,00	R\$ 2.400,00
Atualização de orçamento	R\$ 2.400,00	R\$ 4.200,00
Exclusão de meta	R\$ 3.500,00	R\$ 5.500,00
Ajustes no anteprojeto ou projeto	R\$ 6.500,00	R\$ 6.500,00
Reprogramação de Remanescente de obra	-	-
Inclusão de meta	R\$ 8.500,00	R\$ 8.500,00
Alteração de escopo	R\$ 2.000,00	R\$ 4.000,00

21.2. Os valores dos serviços acima constam em tabela disponível no site do Transferegov.br.

21.3. O comprovante de pagamento da tarifa extraordinária é apresentado à **MANDATÁRIA** previamente à realização do serviço.

22. DA DENÚNCIA, RESCISÃO OU EXTINÇÃO

22.1. O presente Termo de Compromisso poderá ser:

- denunciado** a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, vedada qualquer cláusula obrigatória de permanência ou sancionadora dos denunciantes;
- rescindido**, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:
 - inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;

- II. constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e
- III. verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial, observado o disposto nos artigos 106 e 107 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023;
- c) **extinto**, quando não tiver ocorrido repasse de recursos e houver descumprimento das condições suspensivas, nos prazos estabelecidos no instrumento.

22.2. A eficácia deste Instrumento está condicionada à validade dos empenhos, que é determinada por instrumento legal, findo o qual, sem a total liberação dos recursos, o presente Termo de Compromisso fica automaticamente extinto.

22.3. Quando da denúncia ou rescisão do instrumento, o **RECEBEDOR** deverá:

- I. devolver os saldos remanescentes, inclusive aqueles oriundos de rendimentos de aplicações financeiras, em até 30 (trinta) dias; e
- II. apresentar a prestação de contas final em até 60 (sessenta) dias.

22.4. A denúncia, rescisão ou extinção deverá ser registrada pela **MANDATÁRIA** no **Transferegov.br** e publicada no Diário Oficial da União.

22.5. Os prazos de que trata o item 22.3. deverão ser contados a partir do registro no **Transferegov.br**.

22.6. O não cumprimento das disposições de que trata o item 22.3. no prazo previsto ensejará instauração de TCE.

22.7. Quando da denúncia, rescisão ou extinção do instrumento, a **MANDATÁRIA** ou o **REPASSADOR** deverá, no prazo máximo de (60) sessenta dias, contado da data do registro do evento no **Transferegov.br**, providenciar o cancelamento dos saldos de empenho, independente do indicador de resultado primário.

23. DA PUBLICIDADE

23.1. A **MANDATÁRIA** deverá publicar no Diário Oficial da União (DOU), o extrato do Termo de Compromisso, e respectivas alterações, quando houver, no prazo de até 10 (dez) dias úteis a contar de sua assinatura.

23.2. As informações relativas à celebração, execução, acompanhamento, fiscalização e de prestação de contas, inclusive àquelas informações referentes à movimentação financeira dos instrumentos, serão públicas, exceto nas hipóteses legais de sigilo fiscal e bancário e nas situações classificadas como de acesso restrito, consoante o ordenamento jurídico.

23.3. DA IDENTIFICAÇÃO DE OBRAS E AÇÕES PROMOCIONAIS

23.3.1. É obrigatória a identificação do empreendimento com placa segundo modelo fornecido pela **MANDATÁRIA** e pelo **REPASSADOR**, durante o período de duração da obra, devendo ser afixada no prazo de até 15 dias, contados a partir da autorização da **MANDATÁRIA** para o início dos trabalhos, sob pena de suspensão da liberação dos

recursos financeiros, observadas as limitações impostas pela Lei Eleitoral nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.

23.3.2. Em qualquer ação promocional relacionada com o objeto do Termo de Compromisso será obrigatoriamente destacada a participação do **REPASSADOR**, da **MANDATÁRIA**, bem como o objeto de aplicação dos recursos, observado o disposto no §1º do art. 37 da Constituição Federal, sob pena de suspensão da liberação dos recursos financeiros, observadas as limitações impostas pela Lei Eleitoral nº 9.504, de 1997.

24. DOS REGISTROS DE OCORRÊNCIAS E DAS COMUNICAÇÕES

24.1. Os documentos instrutórios ou comprobatórios relativos à execução do Termo de Compromisso deverão ser apresentados em original ou em cópia autenticada.

24.2. As comunicações de fatos ou ocorrências relativas ao Termo de Compromisso serão consideradas como regularmente feitas se inseridas no **Transferegov.br** ou entregues por carta protocolada, telegrama, fax ou correspondência eletrônica, com comprovante de recebimento para o endereço:

Endereço para entrega de correspondências ao RECEBEDOR: RUA DR NESTOR VAREJAO SN - CEP 55490-000 - ALTINHO - PE.

Endereço para entrega de correspondências à MANDATÁRIA: Rua Barão de Porto Seguro, 180, 2º andar – Bairro Maurício de Nassau - CARUARU/PE - CEP: 55012-030.

Endereço eletrônico do RECEBEDOR: orlandojose_40@hotmail.com; dimasjds@hotmail.com; eduardoduartedesousa@gmail.com; gbtнето@gmail.com; marivaldo_pena@hotmail.com; pedronilsoncad@gmail.com; dennys.31@hotmail.com.

Endereço eletrônico da MANDATÁRIA: gigovca@caixa.gov.br.

25. DO PROVIMENTO JUDICIAL LIMINAR

25.1. A existência de restrição do **RECEBEDOR e/ou UNIDADE EXECUTORA** não foi considerada óbice à celebração do presente instrumento, em razão da decisão liminar concedida nos termos especificados no Termo de Compromisso, a qual autorizou a celebração deste instrumento, condicionada à decisão final.

25.2. Ainda que posteriormente regularizada a restrição apontada no Termo de Compromisso, a desistência da ação ou a decisão judicial desfavorável ao **RECEBEDOR e/ou UNIDADE EXECUTORA** implicará a desconstituição dos efeitos da respectiva liminar, com a rescisão do presente instrumento e a devolução de todos os recursos que eventualmente tenha recebido, atualizados na forma da legislação em vigor.

26. DA VIGÊNCIA

26.1. A vigência do presente Termo de Compromisso é de 48 (quarenta e oito) meses, contados a partir da assinatura do instrumento, podendo ser prorrogada, por solicitação

devidamente fundamentada do **RECEBEDOR**, apresentada, no mínimo, 60 (sessenta) dias antes do seu término, e com aprovação da **MANDATÁRIA**.

26.2. A **prorrogação de prazo de vigência**, de que trata o item anterior, 26.1, poderá se dar nos termos do art. 35, inciso VII, § 4º, da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023, e suas alterações, ou normas complementares que venham disciplinar as transferências de recursos regidas pelo Decreto nº 11.855, de 2023.

26.3. A **MANDATÁRIA**, **prorrogará “de ofício”** a vigência deste Termo de Compromisso, antes de seu término, quando der causa ao atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado, nos termos do art. 35, XXIV, da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023, e dará ciência ao **REPASSADOR**.

27. DAS CONDIÇÕES GERAIS

27.1. É livre o acesso dos servidores do **REPASSADOR** e dos órgãos de controle interno e externo da União, bem como dos funcionários da **MANDATÁRIA**, aos processos, documentos e informações referentes aos instrumentos e aos locais de execução do objeto.

27.2. As disposições firmadas no presente instrumento poderão ensejar alterações que advierem por meio da edição de normas complementares necessárias à operacionalização dos Termo de Compromisso, de que trata o art. 11 do Decreto nº 11.855, de 2023.

27.3. A aplicação de normas supervenientes, de que trata o item anterior, 27.1., será automática, e as alterações que sobrevierem, necessárias ao presente Termo de Compromisso, deverão ser registradas por apostilamento no prazo de 30 (trinta) dias.

27.4. É livre o acesso dos servidores do **REPASSADOR** e dos órgãos de controle interno e externo da União, bem como dos funcionários da **MANDATÁRIA**, aos processos, documentos e informações referentes aos instrumentos e aos locais de execução do objeto.

28. DA CONCILIAÇÃO E DO FORO

28.1. Os partícipes comprometem-se a submeter eventuais controvérsias, decorrentes do presente Termo de Compromisso, à tentativa de conciliação e mediação administrativa perante a Câmara de Mediação e de Conciliação da Administração Pública Federal, da Advocacia-Geral da União, nos termos do art. 37 da Lei nº 13.140, de 2015, do art. 11 da Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001, e do art. 41, inciso III, alínea “b” do Anexo I ao Decreto nº 11.328, de 1º de janeiro de 2023.

28.2. Não logrando êxito a conciliação, será competente para dirimir as questões decorrentes deste Convênio, o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Estado de Pernambuco, por força do inciso I do art. 109 da Constituição Federal.

E, por estarem assim justos e pactuados firmam este Instrumento, que será assinado pelas partes, para que surta seus efeitos jurídicos e legais, em juízo e fora dele.

EMERSON GOMES DE
ALMEIDA:19459283870

Assinado de forma digital por EMERSON
GOMES DE ALMEIDA:19459283870
Dados: 2024.06.28 12:14:43 -03'00'

ORLANDO JOSE DA
SILVA:77521013468

Assinado de forma digital por
ORLANDO JOSE DA
SILVA:77521013468
Dados: 2024.06.28 11:14:59
-03'00'

Assinatura da MANDATÁRIA
Nome: EMERSON GOMES DE ALMEIDA
Matrícula Funcional nº: c065430

Assinatura do RECEBEDOR
Nome: ORLANDO JOSÉ DA SILVA
Matrícula Funcional nº: 294962

VERONICA
MENDES
LIRA:01081388447

Assinado de forma digital
por VERONICA MENDES
LIRA:01081388447
Dados: 2024.06.28
12:19:55 -03'00'

Assinatura do Supervisor ou Coordenador
(Contrato em Conformidade)
Nome: VERONICA MENDES LIRA
Matrícula Funcional nº: C124064

GERÊNCIA EXECUTIVA GOVERNO BAURU - SP

EXTRATO DE CONTRATO

ESPÉCIE Contrato de Repasse nº 963423/2024, firmado pelo Município de Lençóis Paulista-SP, CNPJ 46.200.846/0001-76; junto à União Federal por intermédio do Ministério do Esporte, representada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305/0001-04; Objeto reforma do estádio josé roberto vagula, no município de lençóis paulista/sp.; Programa Esporte; Valor: R\$ 466.849,34; dos recursos: R\$ 462.180,85, correrão à conta da União no exercício de 2024, UG 180006, Gestão 00001, Programa de Trabalho 27812512600SL0001, NE 2024NE000427, de 25/06/2024 e R\$ 4.668,49 de contrapartida. Vigência 20/06/2027 - 26/06/2024 Jairo Rubens de Oliveira Lisboa e Anderson Prado de Lima.

GERÊNCIA EXECUTIVA GOVERNO BELÉM - PA

EXTRATOS DE CONTRATO

ESPÉCIE Termo de Compromisso nº 960437/2024/MS/CAIXA, firmado pelo FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE/PA, CNPJ 11.948.192/0001-89; junto à UNIÃO por intermédio do Ministério da Saúde, representada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305/0001-04; Objeto construção de unidade de atenção especializada em saúde; Programa Atenção Especializada à Saúde; Valor: R\$ 17.000.010,00; dos recursos: R\$ 17.000.010,00, correrão à conta da União no exercício de 2024 e 2025, UG 250107, Programa de Trabalho 10302511885350001, NE 2024NE000044, de 12/06/2024, e R\$ 0,00 de contrapartida. Vigência 27/06/2028 27/06/2024 JOSIANE DA SILVA ARAÚJO e DAYANE DA SILVA LIMA.

ESPÉCIE Termo de Compromisso nº 962080/2024/FNDE/CAIXA, firmado pelo Município de Salinópolis/PA, CNPJ 05.149.166/0001-98; junto à UNIÃO por intermédio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, representada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305/0001-04; Objeto construção da creche - tipo 1 - FNDE - bairro Centro - Salinópolis - Pará.; Programa OPERACOES DIVERSAS; Valor: R\$ 5.670.746,35; dos recursos: R\$ 842.105,83, correrão à conta da União no exercício de 2024, UG 157241, Programa de Trabalho 12365511100SU0001, NE 2024NE000819, de 18/06/2024, e R\$ 4.771.933,06 nos anos subsequentes e R\$ 56.707,46 de contrapartida. Vigência 27/06/2027 27/06/2024 JOSIANE DA SILVA ARAÚJO e CARLOS ALBERTO DE SENA FILHO

ESPÉCIE Termo de Compromisso nº 961190/2024/FNDE/CAIXA, firmado pelo Município de Benevides/PA, CNPJ 05.058.466/0001-61; junto à UNIÃO por intermédio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, representada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305/0001-04; Objeto construção de creche e escola de educação infantil no distrito de Benfica, município de Benevides/PA - projeto padrão FNDE - tipo i.; Programa OPERACOES DIVERSAS; Valor: R\$ 5.670.746,35; dos recursos: R\$ 842.105,83, correrão à conta da União no exercício de 2024, UG 157241, Programa de Trabalho 12365511100SU0001, NE 2024NE000603, de 13/06/2024 e R\$ 4.771.933,06 nos anos subsequentes, e R\$ 56.707,46 de contrapartida. Vigência: 27/06/2027 - 27/06/2024 JOSIANE DA SILVA ARAÚJO e LUZIANE DE LIMA SOLON OLIVEIRA.

GERÊNCIA EXECUTIVA GOVERNO BELO HORIZONTE - MG

EXTRATOS DE CONTRATO

ESPÉCIE Termo de Compromisso nº 961930/2024/FNDE/CAIXA, firmado pelo Município de Ribeirão das Neves/MG, CNPJ 18.314.609/0001-09; junto à UNIÃO por intermédio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, representada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305/0001-04; Objeto construção de creche e escola de educação infantil, do bairro Tocantins Ribeirão das Neves -MG FNDE - creche tipo 1.; Programa OPERACOES DIVERSAS; Valor: R\$ 5.370.972,03; dos recursos: R\$ 5.317.262,31, correrão à conta da União no exercício de 2024, UG 157241, Programa de Trabalho 12365511100SU0001, NE 2024NE000796, de 18/06/2024, e R\$ 53.709,72 de contrapartida. Vigência 30/06/2026 data 27/06/2024 Celita Fernandes e MOACIR MARTINS DA COSTA JUNIOR.

Termo de Compromisso nº 961911/2024/FNDE/CAIXA, firmado pelo Município de Lagoa Santa/MG, CNPJ 73.357.469/0001-56; junto à UNIÃO por intermédio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, representada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305/0001-04; Objeto: Construção de creche e escola de educação infantil, no bairro Francisco Pereira, Lagoa Santa/MG - FNDE - creche tipo 1; Programa: OPERACÕES DIVERSAS; Valor: R\$ 5.370.972,03; dos recursos: R\$ 5.317.262,31, correrão à conta da União no exercício de , UG 157241, Programa de Trabalho 12365511100SU0001, NE 2024NE000851, de 18/06/2024, e R\$ 53.709,72 de contrapartida. Assinatura: 26/06/2024; Vigência 26/06/2027. CELITA FERNANDES e ROGÉRIO CÉSAR DE MATOS AVELAR.

ESPÉCIE Termo de Compromisso nº 960994/2024/FNDE/CAIXA, firmado pelo Município de Mariana/MG, CNPJ 18.295.303/0001-44; junto à UNIÃO por intermédio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, representada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305/0001-04; Objeto construção de creche pré-escola FNDE tipo 1 no bairro Cabanas - Mariana/MG; Programa OPERACOES DIVERSAS; Valor: R\$ 5.370.972,03; dos recursos: R\$ 5.317.262,31, correrão à conta da União nos exercícios de 2024 a 2027, UG 157241, Programa de Trabalho 12365511100SU0001, NE 2024NE000383, de 11/06/2024, e R\$ 53.709,72 de contrapartida. Vigência 26/06/2028 - Celita Fernandes e Celso Cota Neto.

GERÊNCIA EXECUTIVA GOVERNO CAMPINAS - SP

EXTRATO DE CONTRATO

Termo de Compromisso nº 962722/2024/FNDE/CAIXA, firmado pelo Município de Vinhedo/SP, CNPJ 46.446.696/0001-85; junto à UNIÃO por intermédio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, representada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305/0001-04; Objeto construção de creche e escola de educação infantil no bairro da Capela, Vinhedo/SP; Programa OPERACOES DIVERSAS; Valor: R\$ 5.795.840,60; dos recursos: R\$ 5.737.882,19, correrão à conta da União no exercício de 2024, UG 157241 , Programa de Trabalho 2629820240011, NE 2024NE000972, de 27/06/2024, e R\$ 57.958,41 de contrapartida. Vigência 27/06/2026 Celso Eduardo Moreno Nucci e Dario Pacheco de Moraes.

GERÊNCIA EXECUTIVA GOVERNO CAMPO GRANDE - MS

EXTRATOS DE CONTRATO

Termo de Compromisso nº 963603/2024/MINC/CAIXA, firmado pelo ESTADO DE MATO GROSSO/MT, CNPJ 03.507.415/0001-44; junto à UNIÃO por intermédio do Ministério da Cultura, representada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305/0001-04; Objeto implantação do ceu da cultura no município de cuiabá/mt - residencial jamil broutos nadaf (novo pac); Programa ; Valor: R\$ 1.951.220,00; dos recursos: R\$ 1.951.220,00, correrão à conta da União no exercício de , UG 420045, Programa de Trabalho 28845090300UV0001, NE 2024NE000113, de 24/06/2024, e R\$ 0,00 de contrapartida. Vigência 27/06/2028 - Assinatura: 27/06/2024 Ubiratan Alves de Freitas e David Moura Pereira da Silva. Termo de Compromisso nº 963604/2024/MINC/CAIXA, firmado pelo ESTADO DE MATO GROSSO/MT, CNPJ 03.507.415/0001-44; junto à UNIÃO por intermédio do Ministério da Cultura, representada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305/0001-04; Objeto implantação do ceu da cultura no município de cuiabá/mt - parque cuiabá (novo pac); Programa ; Valor: R\$ 1.951.220,00; dos recursos: R\$ 1.951.220,00, correrão à conta da União no exercício de , UG 420045, Programa de Trabalho 28845090300UV0001, NE 2024NE000114, de 24/06/2024, e R\$ 0,00 de contrapartida. Vigência 26/06/2028. Assinatura: 27/06/2024 David Moura Pereira da Silva e Ubiratan Alves de Freitas Termo de Compromisso nº 963605/2024/MINC/CAIXA, firmado pelo ESTADO DE MATO GROSSO/MT, CNPJ 03.507.415/0001-44; junto à UNIÃO por intermédio do Ministério da Cultura, representada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305/0001-04; Objeto implantação do ceu da cultura no município de várzea grande/mt (novo pac); Programa ; Valor: R\$

1.951.220,00; dos recursos: R\$ 1.951.220,00, correrão à conta da União no exercício de , UG 420045, Programa de Trabalho 28845090300UV0001, NE 2024NE000115, de 24/06/2024, e R\$ 0,00 de contrapartida. Vigência 27/06/2028 Assinatura: 27/06/2024 - Ubiratan Alves de Freitas e David Moura Pereira da Silva.

Termo de Compromisso nº 963599/2024/MINC/CAIXA, firmado pelo ESTADO DE MATO GROSSO/MT, CNPJ 03.507.415/0001-44; junto à UNIÃO por intermédio do Ministério da Cultura, representada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305/0001-04; Objeto implantação do ceu da cultura no município de campo verde/mt (novo pac); Programa ; Valor: R\$ 1.951.220,00; dos recursos: R\$ 1.951.220,00, correrão à conta da União no exercício de , UG 420045, Programa de Trabalho 28845090300UV0001, NE 2024NE000110, de 24/06/2024, e R\$ 0,00 de contrapartida. Vigência 27/06/2028. Assinatura: 27/06/2024 Ubiratan Alves de Freitas e David Moura Pereira da Silva. Termo de Compromisso nº 963602/2024/MINC/CAIXA, firmado pelo ESTADO DE MATO GROSSO/MT, CNPJ 03.507.415/0001-44; junto à UNIÃO por intermédio do Ministério da Cultura, representada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305/0001-04; Objeto implantação do ceu da cultura no município de poconé/mt (novo pac); Programa ; Valor: R\$ 1.951.220,00; dos recursos: R\$ 1.951.220,00, correrão à conta da União no exercício de , UG 420045, Programa de Trabalho 28845090300UV0001, NE 2024NE000112, de 24/06/2024, e R\$ 0,00 de contrapartida. Vigência 27/06/2028 Assinatura 27/06/2024 - Ubiratan Alves de Freitas e David Moura Pereira da Silva.

GERÊNCIA EXECUTIVA GOVERNO CARUARU - PE

EXTRATOS DE COMPROMISSO

ESPÉCIE Termo de Compromisso nº 960685/2024/FNDE/CAIXA, firmado pelo Município de RIACHO DAS ALMAS/PE, CNPJ 10.091.551/0001-61; junto à UNIÃO por intermédio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, representada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305/0001-04; Objeto construção de creche e escola de educação infantil, na rua projetada, s/n, alto do jiquiri, no município de riacho das almas pe - fnde - creche tipo 1.; Programa OPERACOES DIVERSAS; Valor: R\$ 5.367.806,15; dos recursos: R\$ 5.314.128,09, correrão à conta da União no exercício de , UG 157241, Programa de Trabalho 12365511100SU0001, NE 2024NE000668, de 13/06/2024, e R\$ 53.678,06 de contrapartida. Vigência 27/06/2028 Emerson Gomes de Almeida e Dioclecio Rosendo de Lima Filho.

ESPÉCIE Termo de Compromisso nº 960706/2024/FNDE/CAIXA, firmado pelo Município de BELÉM DE MARIA/PE, CNPJ 10.184.703/0001-70; junto à UNIÃO por intermédio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, representada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305/0001-04; Objeto construção de creche e escola de educação infantil, centro de educação infantil tia lila, belém de maria/pe - fnde - creche tipo 2.; Programa OPERACOES DIVERSAS; Valor: R\$ 3.198.520,21; dos recursos: R\$ 3.166.535,01, correrão à conta da União no exercício de , UG 157241, Programa de Trabalho 12365511100SU0001, NE 2024NE000518, de 13/06/2024, e R\$ 31.985,20 de contrapartida. Vigência 27/06/2028 Emerson Gomes de Almeida e ROLPH EBER CASALE JUNIOR.

ESPÉCIE Termo de Compromisso nº 962086/2024/FNDE/CAIXA, firmado pelo Município de ALTINHO/PE, CNPJ 10.091.502/0001-29; junto à UNIÃO por intermédio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, representada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305/0001-04; Objeto construção de creche no bairro loteamento Altinense iii, Altinho/PE - projeto próprio.; Programa OPERACOES DIVERSAS; Valor: R\$ 5.367.806,15; dos recursos: R\$ 5.314.128,09, correrão à conta da União no exercício de 2024, UG 157241, Programa de Trabalho 12365511100SU0001, NE 2024NE000825, de 18/06/2024, e R\$ 53.678,06 de contrapartida. Vigência 28/06/2024 28/06/2028 Emerson Gomes de Almeida e ORLANDO JOSÉ DA SILVA.

Termo de Compromisso nº 962091/2024/FNDE/CAIXA, firmado pelo Município de CANHOTINHO/PE, CNPJ 10.132.777/0001-63; junto à UNIÃO por intermédio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, representada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305/0001-04; Objeto Construção de creche Lourival Mendonça de Barros - FNDE - creche tipo II - padrão FNDE - Canhotinho - PE; Programa OPERAÇÕES DIVERSAS; Valor: R\$ 3.198.521,21; dos recursos: R\$ 474.980,25 correrão à conta da União no exercício de 2024 e R\$ 2.691.554,76 no exercício 2025, UG 157241, Programa de Trabalho 12365511100SU0001, NE 2024NE000830, de 18/06/2024, e R\$ 31.986,20 de contrapartida. Vigência 28/06/2028 28/06/2024 - EMERSON GOMES DE ALMEIDA e SANDRA REJANE LOPES DE BARROS.

Termo de Compromisso nº 962721/2024/FNDE/CAIXA, firmado pelo Município de CAETÉS/PE, CNPJ 10.131.720/0001-40; junto à UNIÃO por intermédio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, representada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305/0001-04; Objeto Construção de creche e escola de educação infantil, na sede municipal, no município de Caetés-PE - FNDE - creche tipo 2; Programa OPERAÇÕES DIVERSAS; Valor: R\$ 3.198.520,21; dos recursos: R\$ 474.980,25 correrão à conta da União no exercício de 2024 e R\$ 2.691.554,76 no exercício 2025, UG 157241, Programa de Trabalho 230512, NE 2024NE000830, de 12/06/2024, e R\$ 31.985,20 de contrapartida. Vigência 27/06/2028 27/06/2024 EMERSON GOMES DE ALMEIDA e NIVALDO DA SILVA MARTINS.

ESPÉCIE Termo de Compromisso nº 958913/2024/FNDE/CAIXA, firmado pelo Município de BONITO/PE, CNPJ 10.121.515/0001-01; junto à UNIÃO por intermédio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, representada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305/0001-04; Objeto construção de creche tipo 2 no distrito de bem-ti-vi - bonito-pe; Programa OPERACOES DIVERSAS; Valor: R\$ 3.198.629,66; dos recursos: R\$ 3.166.535,01, correrão à conta da União no exercício de , UG 157241, Programa de Trabalho 12365511100SU0001, NE 2024NE000225, de 05/06/2024, e R\$ 32.094,65 de contrapartida. Vigência 27/06/2028 Emerson Gomes de Almeida e GUSTAVO ADOLFO NEVES DE ALBUQUERQUE CÉSAR.

ESPÉCIE Termo de Compromisso nº 961890/2024/FNDE/CAIXA, firmado pelo Município de VICÊNCIA/PE, CNPJ 10.168.235/0001-40; junto à UNIÃO por intermédio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, representada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305/0001-04; Objeto dona lourdes silva, comunidade da vaquejada, loteamento oliveira, vicência/pe - construção de creche tipo 2; Programa OPERACOES DIVERSAS; Valor: R\$ 3.198.520,21; dos recursos: R\$ 3.166.535,01, correrão à conta da União no exercício de , UG 157241, Programa de Trabalho 12365511100SU0001, NE 2024NE000842, de 18/06/2024, e R\$ 31.985,20 de contrapartida. Vigência 27/06/2028 Emerson Gomes de Almeida e GUILHERME DE ALBUQUERQUE MELO NUNES.

ESPÉCIE Termo de Compromisso nº 960960/2024/FNDE/CAIXA, firmado pelo Município de CUMARU/PE, CNPJ 11.097.391/0001-20; junto à UNIÃO por intermédio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, representada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305/0001-04; Objeto construção de creche tipo ii no distrito sede no município de cumaru/pe.; Programa OPERACOES DIVERSAS; Valor: R\$ 3.198.629,65; dos recursos: R\$ 3.166.535,01, correrão à conta da União no exercício de , UG 157241, Programa de Trabalho 12365511100SU0001, NE 2024NE000554, de 13/06/2024, e R\$ 32.094,64 de contrapartida. Vigência 27/06/2028 Emerson Gomes de Almeida e MARIANA MENDES DE MEDEIROS.

GERÊNCIA EXECUTIVA GOVERNO CHAPECÓ - SC

EXTRATOS DE CONTRATO

Termo de Compromisso nº 962029/2024/FNDE/CAIXA, firmado pelo Município de Videira/SC, CNPJ 83.039.842/0001-84; junto à UNIÃO por intermédio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, representada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305/0001-04; Objeto construção de creche em Videira/SC - FNDE - tipo 1.; Programa OPERACOES DIVERSAS; Valor: R\$ 5.867.057,37; dos recursos: R\$ 5.808.386,80,



OFÍCIO Nº 110 /2025

Ilmo. Sr. Léo Luiz Amorim de Andrade

Gerência Executiva e Negocial de Governo Caruaru/PE

Superintendência Regional Centro-Oeste de Pernambuco

Rua Barão de Porto Seguro, 180

Maurício de Nassau, Caruaru-PE, 55012-030

Assunto: Convênio 962086/2024 – Creche tipo B.

Venho através deste comunicar junto à Caixa Econômica Federal, que a Prefeitura de Altinho-PE, aprova o projeto técnico do convênio 962086/2024- Construção da Creche no Bairro Loteamento Altinense III, Altinho/PE, de acordo com a legislação aplicável e normas técnicas vigentes.

Proposta Novo PAC Nº26298006499/2023

Programa nº2629820240011

Ficamos a disposição para mais esclarecimentos!

Altinho-PE, 13 de fevereiro de 2025.

MARIVALDO
PENA:024274244
04

Assinado de forma digital
por MARIVALDO
PENA:02427424404
Dados: 2025.03.14 13:01:25
-03'00'

Marivaldo Pena

Prefeito